anais 24.08.05 17:29 Page 1

Outrasfalas

Nº4 • Agosto de 2005 • Revista da Escola Sindical 7 de Outubro

Anais

"Os Desafios do Mundo do Trabalho no Contexto da Hipermodernidade"

Ciclo de debates

4 a 6 de maio de 2005

TEMÁTICAS:

- O Discurso da Hipermodernidade
- O Sujeito Trabalhador e o Cenário Hipermoderno
- Relações de Trabalho e o Contexto da Hipermodernidade
- A Formação do Trabalhador
- Memória do Trabalho, História da Formação e Produção dos Processos de Formação

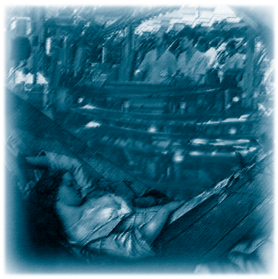
Campanha de Valorização
CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha de Valorização
CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha de Valorização
CUT

Campanha de Valorização

anais 24.08.05 17:29 Page 3



Apresentação

Em agosto de 2000, a Escola Sindical 7 de Outubro lançou o terceiro número da Revista *Outrasfalas*, apresentando algumas reflexões sobre as práticas formativas a partir dos debates promovidos pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) sobre a educação do trabalhador e a formação profissional, apontando a luta pela educação pública de qualidade como uma das prioridades estratégicas da Central. A edição ressalta a concepção de educação e formação da Escola Sindical 7 de Outubro advinda das experiências desenvolvidas no campo da educação das/dos trabalhadoras/es e da problematização da relação entre educação, trabalho, sociedade, aprofundando a noção de direito à educação.

Em agosto de 2004 foi lançada a Campanha de Valorização da Escola Sindical 7 de Outubro, nas comemorações dos seus 17 anos, com o objetivo de fortalecer e otimizar o papel e a função da Escola Sindical junto aos movimentos sociais, particularmente junto ao movimento sindical cutista.

Como desdobramento das ações desta Campanha, foi promovido o Ciclo de Debates, Os Desafios do Mundo do Trabalho no Contexto da Hipermodernidade, propondo um conjunto de discussões mais abrangentes, como forma de situar mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos, num contexto social em que as transformações sociais se operam velozmente a despeito de sua compreensão e absorção, impondo-lhes outras regras, outras linguagens e, conseqüentemente, novas atitudes e comportamentos e novos paradigmas sociais.

O cenário da hipermodernidade recoloca o tema da relação entre sociedade, trabalho e educação diante da perecibilidade do sujeito trabalhador e dos desafios que se colocam na atualidade para suas organizações e para os processos de formação que se quer desenvolver.

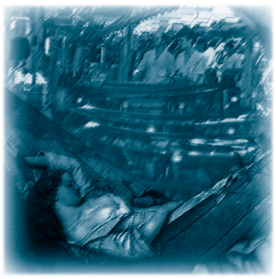
Este número da Revista *Outrasfalas* traz, de forma editada, parte do Ciclo de Debates, reunindo, prioritariamente, as intervenções dos debatedores que buscaram elucidar e/ou interpretar o conceito de "hipermodernidade" e articular, sob os vários aspectos, outrasfalas sobre os cenários em que se configuram os mundos dos trabalhos, resultando no conteúdo aqui apresentado.

Registramos nossos agradecimentos aos companheiros que gentilmente contribuíram para que esta edição fosse possível e cujas intervenções estão aqui publicadas. Agradecemos também aos companheiros Antônio Roberto Lambertucci, Diretor da Fundacentro, Antônio Carlos Spis, Secretário de Comunicação da CUT Nacional, Prof. Almerico Lima, Assessor do Ministério do Trabalho, Maria do Carmo F. Silva (Cacá), ex-prefeita do Município de Araçuaí/MG, Prof. Ivo Lebauspin, do ISER, Alex Sgreccia, Assessor de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e Hélio da Costa, Coordenador de Formação da Escola Sindical São Paulo, sem a participação dos quais o Ciclo de Debates ficaria incompleto.

Que os temas aqui tratados possam aportar elementos às discussões mais gerais aos desafios que constituem a luta cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros no cenário da sociedade dita "hipermoderna".

Rita de Cássia Evaristo
Coordenadora-geral
Escola Sindical 7 de Outubro

anais 24.08.05 17:29 Page 4



Escola Sindical 7 de Outubro

Um mais um é sempre mais que dois...
Beto Guedes

Rua Nascimento, 101
30.620.390 – Barreiro de Cima – Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 33836789 - Fax : (31) 3383-6647
E-mail: escola7@escola7.org.br site: www.escola7.org.br

Coordenação Executiva-administrativa da Escola 7

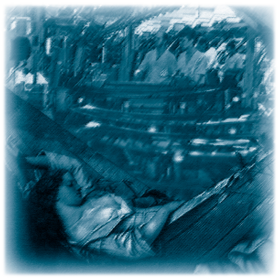
Rita de Cássia Evaristo – Coordenadora Geral
Eduardo Gomes de Oliveira – Coordenador administrativo-financeiro

José Celestino Lourenço (Tino) – Sec. Nacional de Formação da CUT
Paulo César Borba Peres(Carioca) – Sec. De Formação da CUT/ES
Jorge Vianna – Sec. de Formação da CUT/RJ
Gildásio José Ribeiro – Sec. de Formação da CUT/MG
Tereza dos Santos da Silva – Agencia de Desenvolvimento Solidário – ADS
Marcelo Borges – Sindieletro-MG
Fernando Antônio Pereira Cançado – Sinttel-MG
Antônio Carlos Hilário – Sind-UTE

Equipe de Formadores da Escola 7

Alexei Bastieri
Claudinice R da Silva (Nega) - Projeto Todas as Letras
Élson de Oliveira Felice
Ofélia de Lourdes Hilário de Oliveira
Paulo Roberto Crispim Batista (Beto)
Silvia de Martini

anais 24.08.05 17:29 Page 5



Sumário

O Discurso da Hipermodernidade 07

O Sujeito Trabalhador e o Cenário Hipermoderno 10

Relações de Trabalho no Contexto da Hipermodernidade 14

A Formação do Trabalhador 19

Memória do Trabalho, História da Formação e

Produção dos Processos de Formação 25

anais 24.08.05 17:29 Page 6

Expediente

Outrasfalas é uma produção da Escola Sindical 7 de Outubro, que autoriza a reprodução dos textos, desde que citada a fonte.

Capa/Produção gráfica/editorial: Eficaz Comunicação (31) 3274.6122
Equipe: Cida Morais, Daniel Pinheiro, Regina Pala, Zane Ramos; Valéria Rodrigues e Vera Lima (Editoras)

Revisão de textos - Beto Crispim e Eficaz Comunicação

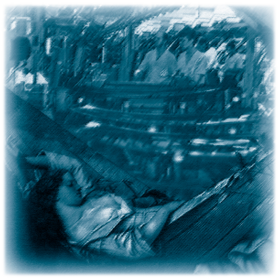
Fotomontagem capa: Extraída da revista "Le Monde Diplomatique" / Folha Imagem / Obra do pintor Gustave Courbet, "A rede"

Fotos-mosaico: Arquivo Escola Sindical

Os textos publicados foram compilados em função da limitação de espaço para publicá-los na íntegra. Caso haja interesse em conhecer a obra referenciada em sua totalidade, favor entrar em contato com a Escola Sindical (Vide página 04).

Impressão: Gráfica Steff
Tiragem: 4 mil exemplares

anais 24.08.05 17:29 Page 7



01. O Discurso da Hipermodernidade

Antônio Alvimar de Souza - Licenciado e Mestre em Filosofia professor de filosofia na Universidade Estadual de Montes Claros, Coordenador do curso de Pós-graduação em Ciência da Religião das Faculdades Santo Agostinho, professor fundador do curso de jornalismo da FUNORTE

Uma das grandes questões do nosso tempo é a gente pensar a relação dos conceitos. Isto é, compreender, conceituar melhor. Assim, entenderemos melhor também as nossas ações, seja no sindicato, na associação, na igreja, etc. Geralmente, deparamo-nos com um corpo teórico, que costuma direcionar nossas ações, o nosso fazer e o nosso cotidiano.

Quando o termo hipermodernidade é abordado, alguns se sentem inicialmente assustados. Na verdade, vivemos num tempo marcado pela globalização. Nesse tempo, buscamos novas pistas para uma reflexão mais profunda, sobretudo essas questões que acabam envolvendo nossas vidas. Na reflexão sobre o que envolve nossas vidas, percebemos que uma das grandes questões colocadas no nosso tempo é essa fluidez de tudo, a fluidez dos conceitos, de perspectivas. Aqueles que viveram períodos anteriores chegam a dizer que vivemos hoje num tempo de uma fluidez tal que muitas vezes a gente não consegue apalpar mais nada. Quer dizer, falta definição no campo da ética, filosofia, no campo sindical, alguns dizem que não existem mais fronteiras entre direita e esquerda, tudo se dissolveu.

Não importa de que lado você está, qual é o olhar que você tem, não importa qual é a perspectiva a partir de onde você está olhando. Todo esse discurso vem sendo constituído. Nessas últimas décadas, uma das coisas que têm influenciado sobretudo a nossa vida são os novos conceitos. Entre eles, encontramos também esse conceito cunhado por Gilles Lipovetsky, que é o termo hipermodernidade.

O termo foi exatamente cunhado para nos ajudar a refletir esse momento de angústia que vivemos, momento de medo, e ao mesmo tempo fazer com que a gente perceba essas grandes mudanças ocorridas na sociedade. Entre elas, percebemos que um dos fatores que se coloca como de relevância é a globalização, quer dizer, nesse fenômeno, escutamos também dizer que foram dissolvidas as barreiras, seja de tempo... Hoje pensamos o tempo numa outra perspectiva bem diferente. No passado tínhamos a questão do tempo, o tempo cronológico, um tempo linear, um tempo muito bem definido. Hoje as coisas acontecem ao mesmo tempo. Um homem pode estar numa sala e ter, por exemplo, várias telas e ao mesmo tempo ele estar em diversos ambientes distintos e contemplando perspectivas completamente diferentes.

Ao mesmo tempo, a modernidade quis imprimir um ritmo de racionalidade para todos nós, sobretudo partindo do pressuposto que o ser humano tinha uma mesma racionalidade que poderia ser captada pela ciência e equacionada em formas matemáticas, que seriam comuns a todos. Hoje também escutamos uma nova expressão, a biodiversidade, a expressão biorritmo... São novas questões colocadas. Começamos então a compreender que cada organismo tem um ritmo diferente, na medida em que cada organismo tem um ritmo diferente, cada organismo necessita ser compreendido de uma forma diferente. Daí compreendemos também que quando se trata de questões políticas e sociais é possível sim ter olhares diferentes sobre uma mesma questão. Aí vem aquela tradicional angústia. Qual era? A de querer fazer com que todas as pessoas tivessem um mesmo olhar para um mesmo problema social. Que nós pudéssemos motivar as pessoas para uma mesma causa social, que pudéssemos motivar as pessoas para que elas caminhassem na direção de uma mesma questão.

E hoje o que encontramos? Uma sociedade fragmentada, que propõe respostas diferentes para uma mesma questão. Olhares diferentes para uma mesma questão. Costumo lembrar que talvez a grande crise do nosso tempo é que fomos formados dentro de uma lógica formal, que sempre trabalhou com o princípio da identidade. E o que essa hipermodernidade nos coloca? Exatamente o desafio de a gente ter de trabalhar com a multiplicidade de discursos, com a multiplicidade de opiniões. Assim, hoje encontramos esse desafio não só no mundo sindical, mas também na família – você tem um casal com um relacionamento tradicional, marido, mulher e filhos. Na mesma família um outro faz uma opção de sexualidade diferente, vive com o outro. Nessa mesma família há uma outra pessoa que se separou, os filhos vivem com a avó e o referencial é a avó, o avô. Então, não é o mesmo referencial, não há um princípio de identidade que unifica todos. Na verdade, hoje deparamo-nos com uma sociedade profundamente emergida numa situação chamada crise. Esta crise, Leonardo Boff vai dizer que é salutar para a sociedade porque toda crise aponta para um momento de redefinição.

Por isso, é importante redefinir. Esta é uma das características interessantes da hipermodernidade. Se nela os projetos eram pensados a partir de uma razão que definia de cima para baixo, nessa hipermodernidade você é convidado a construir coletivamente um projeto de sociedade ou de vida. Daí, descobrimos que você não dita para ninguém

anais 24.08.05 17:29 Page 8

por exemplo um projeto de família. Você tem de construir um projeto coletivo, que é aquele que nós queremos construir juntos. Ninguém dita um projeto de ética porque senão a gente poderia sair pelas ruas colocando uma série de faixas, convidando as pessoas a serem boas, honestas, corretas, mas isso não é uma questão que você impõe. É uma questão que devemos discutir quais são os valores que queremos para essa sociedade. A partir daí então começarmos a construir esses valores juntos. Ninguém impõe mais, chega numa fábrica e impõe para as pessoas um modelo de luta, de cima para baixo. Não convencemos mais as pessoas a fazerem isso. Quer dizer, é um modelo de luta que devemos construir juntos a partir das perspectivas e dos anseios que aquelas pessoas estão colocando.

Talvez seja difícil entender. Por que? Não fomos educados para trabalhar, para conviver com as diferenças. Fomos educados numa lógica tradicional, que é a afirmativa, aquela lógica clássica, aristotélica: verdadeiro, falso, certo, errado. Então, para nós, quem não estiver conosco, está contra nós. Quem não milita do mesmo lado da gente é nosso inimigo. Quem não comunga das mesmas idéias é pelego. Quem não comunga dos mesmos espaços precisa ser eliminado. Quem não é do mesmo grupo religioso nosso tem de ser execrado, excluído e assim sucessivamente. Então, essa hipermodernidade está sendo caracterizada por algumas questões que precisam ser ponderadas. A hipermodernidade atinge o campo do conhecimento. Aí, temos o Gardner, que discute o problema das múltiplas inteligências. Ele vai dizer que a gente não tem uma única inteligência. Temos várias... No campo da Medicina, a hipermodernidade atinge a prática médica conservadora, cada organismo é um organismo. Por isso, cada organismo tem de ser tratado com a sua diferença. É interessante essa lei do Ministério da Saúde... É importante não vender mais remédios em caixinhas, porque, para o seu organismo, você vai precisar tomar três pílulas. Outra pessoa tem outro peso e tamanho, vai precisar só de duas. Para outro, só um e meio. Cada organismo começa a ser tratado de forma diferenciada. Isso requer de nós um trato diferente com a sociedade.

Encerro lembrando isso, toda essa crise coloca-se exatamente em função desse mundo altamente tecnológico, científico, em que estamos colocados e que coloca em xeque a nossa própria maneira de agir no mundo, o nosso próprio ritmo de agir, um ritmo humano, que é o próprio ritmo da vida humana, que por sua vez se difere do ritmo da máquina.

Aí entra uma questão muito interessante na hipermodernidade: qual a distinção entre o humano e a máquina, qual é o espaço do humano, qual é o espaço da máquina e qual mundo nós queremos construir? Queremos construir o mundo baseado na máquina ou no humano? Se queremos criar um mundo baseado no humano, devemos pensar um mundo que seja capaz de integrar, de colocar o ser humano. Daí então nesse mundo capitalista em que vivemos, entramos em colapso. De um lado está o homem que precisa viver, realiza-ser, e de outro está o mundo da produção, que precisa dar lucros, acelerar, acompanhar as modas e dar respostas imediatas para o homem que tem fome e desejo de consumo. ●

Magda Maria Bello de Almeida Neves - Doutora em sociologia pela USP, professora do Departamento de Sociologia da PUC Minas e Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais "Gestão de cidades"

É interessante ver o conceito de hipermodernidade, pós-modernidade ou modernidade. Porque os fundamentos da modernidade eram do homem como sujeito da história, do sujeito que transforma a história, e de uma visão de um mundo em sua totalidade.

A pós-modernidade vai dizer: não, temos de ver os fragmentos, não dá para ver a totalidade, precisamos ver as subjetividades, enfim, temos de ver uma série de questões do cotidiano que a modernidade deixou de lado ao ver os grandes sistemas e questões. E a hipermodernidade, nesse conceito do Lipovetsky, vai enfatizar a questão da velocidade do tempo. Gostaria de refletir sobre essa questão do significado do tempo hoje. O que isso traz para nós que estamos ou refletindo sobre o mundo do trabalho ou diretamente impregnado nele pelas nossas ações, pelo nosso próprio trabalho?! Qual o significado disso? Desse tempo? Gostaria de abordar uma frase de um autor que as pessoas teimam em querer esquecê-lo, mas ele está na ordem do dia. A gente busca para relembrar algumas questões.

É Marx, no Manifesto Comunista, quando ele diz: "Tudo o que é sólido desmancha no ar". Parece que estamos vivendo este momento e eu digo para meus alunos que estamos no olho de um furacão porque as transformações são tantas que não estamos dando conta de tantas transformações. Por quê? Eu acho que existem duas causas muito importantes. A questão da técnica e da política. Por que a técnica? Porque essa questão nos permitiu essa terceira revolução, chamada terceira revolução industrial, a partir da informática. Hoje o mundo está sob domínio da informação e essa informação é numa velocidade tal que coloca a questão do tempo na maior fluidez possível. Essa é a primeira questão que eu acho importantíssima para a gente ver. A questão do tempo na sua fluidez e a questão do tempo reformulando nosso conceito de espaço e território. Por que? Porque a informação não se faz mais no mesmo espaço e nem no mesmo território. A gente sabe que a informática nos possibilitou a informação e o espaço virtual.

É com isso que a gente vive cotidianamente. Essa informação que ultrapassou a barreira do tempo linear, do tempo contínuo, ultrapassou toda essa possibilidade e esse conceito. Precisamos elaborar outra forma de entender esse mundo onde o tempo coloca uma fluidez e uma virtualidade ímpares na história, permitido pela técnica, mas a técnica por si só não existe, ela existe pela política e aí o capitalismo nunca foi tão hegemônico como é hoje. Por quê? Porque aí entra a globalização, permitida pela técnica, porque permitiu que as grandes empresas criassem um potencial, que saíssem de um território e comandassem redes e cadeias produtivas num mundo como um todo.

Portanto, o tempo da empresa não é mais o tempo de um mesmo território, é um tempo de um espaço virtual dominado pela globalização. Para os economistas, trata-se de uma globalização financeira, que permite justamente a circulação financeira do capital e o domínio hegemônico do capital financeiro. A globalização permite justamente essa dimensão do tempo, que é fluido, permeável, virtual. Por que isso? Porque o domínio hoje é das grandes empresas. O

anais 24.08.05 17:30 Page 9

Estado que conhecemos num determinado momento como aquele que intervia no sentido de ter um certo controle sobre o mercado, que a partir daí tinha uma concepção de políticas sociais e de direitos sociais, a partir das lutas e movimentos sociais da sociedade, que colocavam essa demanda para o Estado, encolhe em nome das grandes empresas que hoje circulam pelo planeta. Sabemos que essa forma das redes inaugurou um novo tempo, extremamente veloz.

O conceito de velocidade também é um outro conceito para esse tempo nosso. Por quê? Porque essa empresa não está mais sediada em um único território. Temos os exemplos da Benetton, da Nike, que contratam empresas na Ásia, que fabricam os seus produtos, feitos por mulheres e crianças, com baixíssimos salários, sem as mínimas condições de trabalho, sujeitas às péssimas condições de trabalho, mas que, depois, levam uma marca da Nike e da Benetton. Essa rede produtiva, formada no mundo todo e dominada pelas grandes empresas, recolocou questões em termos do significado desse tempo, do significado da formação de redes e de cadeia produtiva. O Estado então se enfraquece, quem domina hoje são as grandes corporações, o grande capital financeiro e produtivo das grandes empresas.

Quem se beneficia? O que ocorre nesse contexto? Essa globalização do mercado, o mercado global, colocou uma outra dimensão nessa globalização, porque quem dá identidade hoje é a sociedade de consumo. Quem consome o quê. Antes, dizíamos que a identidade do trabalhador e a nossa identidade se formavam a partir do nosso lugar no mundo do trabalho e aí formávamos a identidade, criávamos o pertencimento, o reconhecimento, e formávamos grupos fortes em termos da interação, da política, das reivindicações dos movimentos sociais. O problema é que a concorrência das empresas é tão forte, o que as empresas colocam nas sociedades se forma e tem um outro contexto que a questão do consumo se tornou dominante. Por exemplo, no ano passado, dando uma assessoria à Secretaria de Assistência Social, as técnicas que trabalham com jovens em situação de risco diziam que quando ganham uma bolsa da Prefeitura na política ao jovem em situação de risco, eles compram primeiro um celular e um tênis. Perguntando para eles, qual o significado disso? Por que imediatamente eles compram isso? Por que não usam o dinheiro para uma outra coisa? Mesmo endividando para comprar um tênis de marca, que está mais na moda, etc? É porque isso dá identidade com os meninos da Zona Sul. Então, essa marca é a marca da sociedade de consumo.

As grandes cidades, as grandes metrópoles, estão vivendo uma segregação espacial como nunca viveram. Tínhamos pobres, sim, periferia, mas agora nós temos uma fratura cada vez maior entre os mais ricos e os cada vez mais excluídos porque essa é uma divisão forte, dada não só pela questão do desemprego, dentro da lógica estrutural do capitalismo hoje, o desemprego faz parte dessa lógica estrutural, não é uma coisa cíclica, como era anteriormente, quando o capitalismo vivenciava momentos cíclicos conjunturais de desemprego. Não, esse desemprego é estrutural e com esse é que nós temos de lidar. Não é à toa que o mercado de trabalho tem 50% no mercado informal. Porque essa concorrência entre as empresas que congrega essa dinâmica nova coloca uma outra demanda, que é a demanda justamente dessa exclusão pela segregação espacial e territorial e identidade pelo consumo. Não é à toa que a violência nas cidades cresce tanto porque há um apelo muito maior do que está dado pela questão da perda do trabalho ou perda do emprego nas grandes metrópoles.

Então, essa é a nova lógica dentro do mesmo capitalismo, uma lógica da acumulação flexível, mas onde a ética da concorrência é a ética do individualismo, é a ética da guerra. É a guerra do produto contra o produto, da empresa contra a empresa, mas da guerra também para destruir aqueles que não falam como nós, que não são iguais a nós. Quem somos nós, o mundo ocidental, o capitalismo hegemônico... Então, vamos destruir pela guerra, que é a única forma de destruir a diferença, ou aqueles que não falam a mesma língua ou que não têm a mesma cultura, porque, afinal de contas, a cultura também tem de ser globalizada. Mas ela precisa ser globalizada em que moldes? Nos moldes ocidentais dominantes.

Na medida em que vivemos essa tirania, vivemos uma crise dos direitos. Quais são os direitos sociais? Como repor esses direitos sociais? Como trazer para dentro de um conjunto de direitos coletivos os trabalhadores informais, os desempregados, os excluídos? Como colocar os direitos na pauta do dia outra vez, como o direito do outro e de nós todos como trabalhadores? Como colocar a questão da cidadania para ser pensada não como um conceito gasto, usado por todos os políticos para falar a mesma coisa, mas como uma questão de direito do indivíduo no contexto da sociedade? E aí o tempo não pode ser mais esse tempo de longas jornadas de trabalho, que não tem mais nenhum controle de horas extras, um tempo onde o trabalhador tem de conquistar é metas para poder ter salário digno e alguma produtividade, mas para isso ele está se matando em termos de saúde.

A questão da saúde do trabalhador, a violência moral no trabalho, a degradação do trabalhador no trabalho. O que virou esse trabalho? É possível uma outra globalização? Acho que o grande desafio da Escola Sindical é criar essa possibilidade de discussão, onde direitos sejam colocados em amplo debate, direito dos trabalhadores e dos desempregados, porque cada vez mais sabemos que o número de desempregados cresce. E por outro lado, como construir utopias que nos remetam à mudança de um mundo onde uma outra globalização é possível, fraterna, igualitária, libertária? Acho que é por aí a busca dos nossos caminhos. •

Gilmar Ribeiro dos Santos - Licenciado em Filosofia, Mestre em Ciências Políticas, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros e atualmente é Secretário Municipal de Educação de Montes Claros-MG

O discurso da hipermodernidade, propriamente dito, na verdade, são alguns saudosistas já de algo que ficou velho, aquele discurso da pós-modernidade, que de repente alguém começou a reformular.

Um dos pontos centrais da discussão da modernidade era uma nova valorização do homem. Ele surge no início

anais 24.08.05 17:30 Page 10

da modernidade como sujeito da história, capaz de construir. O homem não está mais submetido às amarras do teocentrismo, mas sim ele para a sociedade e vê uma grande possibilidade de construir, de reconstruir, de produzir a sua própria vida. Outra questão central é a valorização do indivíduo em detrimento da sua condição anterior no período medieval. A valorização do mercado, que surge como a possibilidade de realização do homem, ou seja, o momento em que o homem podia trocar, compartilhar. E, por último, a ciência, que surge como algo muito importante, ou seja, o homem iria transformar a história, iria se reconstruir. Era aquela fé cega dos pensadores iluministas do século XVIII de que a ciência iria iluminar a vida do homem, iria tirar o homem da escuridão a partir do momento em que conseguisse realmente produzir ciência ele iria sair da escuridão, iria conseguir caminhar pelas próprias pernas.

Acontece que isso não se realizou. O progresso da ciência se voltou contra o próprio homem ou contra a maioria deles. Esse paraíso que era pregado naquele momento não se realizou. O que nós assistimos é um diagnóstico caótico hoje, de desemprego crescente, de violência, de aumento da miséria. As características que os adeptos da hipermodernidade apontam não são difíceis de serem percebidas, os fenômenos. Tem muita coisa a ver com o discurso que eles faziam sobre a pós-modernidade.

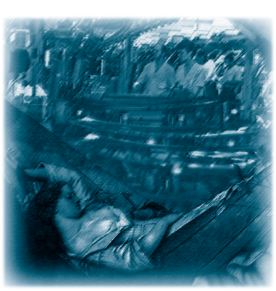
Do ponto de vista geral, a justificativa ou a explicação do que seria essa hipermodernidade é chamada de cultura do excesso, ou seja, hoje prevalece uma cultura do excesso. Esse homem que não se realizou através da ciência, através da valorização do indivíduo, ao se propor criar a própria história, que não se realizou a partir do próprio mercado, coloca-se agora como um sujeito que busca se realizar através do consumo, de ter cada vez mais. Lipovetsky diz que é o excesso de tudo. Ele trabalha muito com a questão da moda, do celular, do tênis.

Fala-se também do cientificismo, ou seja, a utilização da ciência, do que chamam forma excessiva, ou seja, basta pegar a própria engenharia genética, a clonagem, a biotecnologia... Os próprios transgênicos, enfim, é a ciência querendo não mais compreender a realidade, como ela tinha se proposto no início, mas também transformar a realidade.

Por último, há o hipermercado, uma exacerbação dessas relações de troca, dessas relações de mercado, ou seja, o mercado ditando o conjunto das relações humanas, das relações sociais. O neoliberalismo é um exemplo claro disso. Esse tripé de individualismo, cientificismo e mercado sempre caminhou ora avançando mais, ora retrocedendo. Quer dizer, se esse momento é de hiper-individualismo, de hipercientificismo e de hipermercado, entendemos que é justamente isso, o avanço do capital através do neoliberalismo que tem proporcionado esse tipo de situação. Isso tem a ver com todo o processo político – final dos anos 80 e início dos anos 90, onde os trabalhadores saem mesmo da ofensiva e passam para a defensiva em função desse avanço do capital.

Também entendemos a modernidade enquanto sinônimo – modernidade e história do capital têm tudo a ver neste momento. Para nós, a modernidade não é um conceito solto. Não é apenas um conceito filosófico. Pelo contrário. É um período histórico onde as relações sociais passam a ser mediadas pelo capital. Não dá para a gente separar o período moderno do surgimento, do avanço do capitalismo. A ciência foi o instrumento do capitalismo, o mercado é o espaço genuinamente do capital e o individualismo que realmente foi a base ideológica de todo esse processo, de todo esse progresso, de todo esse desenvolvimento do capitalismo.

Gostaria de terminar com uma frase de Maquiavel, que cabe bem para esses sujeitos: "O homem mais temido deve ser aquele que não tem nada a perder". Se ele não tem nada a perder, ele pode fazer qualquer coisa, inclusive contra essa sociedade. •



02. O Sujeito Trabalhador e o Cenário Hipermoderno

Jung Mo Sung - Coreano, naturalizado brasileiro, formado em Filosofia e Teologia, Doutor em Ciências da Religião, professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da PUC-SP e na UMESP

Tive uma experiência em uma reunião no final da década de 80, com um grupo de sindicalistas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, que fazia oposição a Joaquinzão e pós-Joaquinzão e à Pastoral Operária. Era um grupo de sindicalistas do PT, de igreja, oposição sindical, e na hora de se apresentar uma mulher disse: "Eu não sei o que eu sou, porque faz dez anos que eu estou fora do mercado de trabalho". Ela tinha sido profissionalizada para essas coisas de trabalho de organização. Aí uma outra que estava do lado disse: "Uma vez metalúrgica, sempre metalúrgica".

E essa mulher, que já não era metalúrgica há dez anos, parou, pensou e disse com orgulho: "Sim, uma vez metalúrgica, sempre metalúrgica". Por que isso? Porque até a década de 80, início de 90, o trabalho dava identidade a uma pessoa. Quem começava, por exemplo, em Tubarão (SC) ou em Joinvile (SC), o menino que entrava na Fundição Tupi, para ser estudante, morria metalúrgico da Tupi.

Quando ia namorar, a mãe perguntava para a menina quem é o rapaz, em que ele trabalha? Ele trabalha na Tupi ou ele é do Banco do Brasil. Ótimo! Esse é um bom rapaz, tem um bom trabalho! Isso dá uma identidade, as pessoas sabiam quem era pelo seu trabalho. Isso era uma fonte importante de identidade. Além disso, é claro que nessa reunião não era isso que estava em jogo. Quando a outra colega disse: "Uma vez metalúrgica, sempre metalúrgica", é claro, você foi chamada a ser metalúrgica. Ser metalúrgica é uma coisa importante porque – não disse tudo isso, mas estava pressuposto -, metalúrgico é a vanguarda do movimento operário que vai mudar o mundo.

Então, ser metalúrgico era uma identidade, uma vocação e militar no sindicato não era militar numa Organização Não-Governamental. A juventude de hoje que participa de uma ONG não entende o que era militar no sindicato! Ou pertencer a um grupo de partido revolucionário, clandestino, meia dúzia sonhando com revolução mundial, mas não importa! Havia um sentimento, uma identidade, somos os escolhidos da história, fazemos parte do trem, do carro-chefe do caminhar da história. Isso fazia e fez muitos companheiros – nunca fui sindicalista, sempre fui do movimento social, mais ligado à comunidade de base -, mas, conheci muita gente do Partido Operário, por exemplo, que estourou com o casamento, não conheceu os filhos, porque tinha uma grande missão. Então, ser sindicalista, metalúrgico, era um orgulho. Tanto que presidente da CUT, no início, obviamente tinha de ser metalúrgico. Ninguém discutia colocar professor como presidente da CUT, até que os bancários passaram a financiar toda a CUT e aí tiveram de renegociar a posição interna.

Havia referências seguras – eu sei quem eu sou, qual é o meu papel, meu lugar e a minha função na história e no mundo. Não somente metalúrgico, mas de uma forma geral. A primeira pergunta que a mãe fazia quando a menina descobria o amor da sua vida era "Em que ele trabalha?" É um bom rapaz, o que ele faz? Hoje não é bem assim. "Mãe, encontrei o amor da minha vida!". "Ele ganha bem, minha filha, em que carro ele anda?". Não quer saber qual profissão porque profissão não nos dá mais identidade. Por que uma hora somos metalúrgicos, outra hora biscateiros, professores, outra hora, assessores políticos. Eu já fui assessor de vereador, fui professor, mas quem sabe por quanto tempo o serei? O que eu faço: adquiro uma série de conhecimentos para que eu possa resistir às crises e me adaptar, mas eu estou professor. Eu costumo dizer, minha vocação – eu sou teólogo de formação, mas como profissão já fiz muita coisa.

Quem eu sou hoje não se dá pelo trabalho, se dá pelo consumo. Isso é uma coisa muito séria. Eu estava dando aula recentemente na PUC e discutindo que a mercadoria comunica e citei como exemplo o celular. Eu tenho um celularzinho, que faço questão de ser o mais barato. E tem gente, eu tenho um amigo que possui um celular que grava uma hora de filmagem... Por que eu ando com um celular de R$ 200,00, que só é um telefone ambulante? Nada mais do que isso, não tem câmera fotográfica, não tem filmadora, não tem som, não faz download, não faz porcaria nenhuma, porque eu não faço parte desse mundo. E os que andam dizem: "Eu faço parte de um mundo que vocês querem entrar, mas não podem".

Por que uma mulher anda com uma bolsa de R$ 15 mil, e faz questão de colocar na mesa com a marca para cima? Porque ninguém paga R$ 15 mil numa bolsa para não mostrar que anda com R$ 15 mil pendurados no braço. Só idiota. Porque pagar R$ 15 mil numa bolsa é muita idiotice. Se você paga para mostrar e não mostra é duplamente idiota. O que somos tem a ver com que consumimos, com o que carregamos. Por isso, os jovens compram tênis de R$ 500,00, sem correr. Profissional da corrida precisa de tênis de R$ 500,00, de acordo! Quem não gosta de correr, para que precisa?

Mudou a referência. O que acontece quando a identidade se faz pelo consumo? Duas coisas: eu tento comprar o que o outro tem, o que o rico tem. Então, o pobre tenta imitar a classe média, a classe média tenta imitar o rico, o rico do Brasil tenta imitar os ricos dos Estados Unidos. Se a gente entra em condomínios de luxo em São Paulo vê casal jovem morando em uma casa de 1,2 mil metros quadrados. É uma loucura, um absurdo, é uma idiotice financeira! E acha pequeno. Porque ele não quer uma casa com 1,2 mil m2, ele quer ser como o americano. Mas ele nunca vai ser como o americano porque ele não é americano. O americano também não quer ser americano, quer ser inglês ou algo assim. Então, é corrida sem fim e outra coisa importante: é que quando eu desejo comprar um celular de tal tipo já vem outro celular. Eu quero aquele celular com plasma, TV plasma, com isto e aquilo. Não temos mais referências fixas.

Mas esse é o mundo de hoje. A história caminha necessariamente para o socialismo. E quem descreveu essa lei? São as contradições da história. E quem estabeleceu isso para caminhar necessariamente? O que o sindicato faz nesses momentos? Uma das grandes dificuldades do sindicato é que perdeu aquele "tchan", aquela aura de uma missão universal. Na década de 80, início de 90, quando eu ajudava meus companheiros, da CUT, sindicalistas, pastoral operária, nós tínhamos uma idéia: somos construtores do futuro humano, que superará todas as contradições etc. Apesar de que, Marx, na velhice, chega à conclusão de que não dá para superar todas as contradições, ele diz que em qualquer modo de produção possível o ser humano tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades. O reino da liberdade nunca vai chegar à plenitude, Marx diz na velhice.

Como a gente pode sair dessa situação? Como pensar uma luta sindical ou uma luta dos trabalhadores capaz de incluir os que não são trabalhadores ou que não estão tendo emprego; capaz de pensar objetivos comuns a diversas categorias, que sejam propostas mais universalizantes no sentido de incluir mais gente? Pergunto: isso é possível? Bom eu acho que é, senão eu não vinha até aqui.

O problema é muito mais complicado do que pensamos. Uma saída é a gente pensar algo mais teórico. Uma vez metalúrgico, sempre metalúrgico. A gente cria uma identidade, eu sou aquilo que eu faço, minha profissão. Hoje, no capitalismo, na cultura de consumo, você é o que você consome. Sem a solução desse grupo, a sociedade não tem saída, pelo menos em termos mais humanos.

anais 24.08.05 17:30 Page 12

Suzana Sochaczwski - Socióloga, Coordenadora de Relações Institucionais do DIEESE

Atualmente se brinca, não é gestão da crise, mas é gestão pela crise. Esse trabalhador que enfrenta a crise mudando de comportamento e, imediatamente, no momento em que a crise ameniza um pouco volta ao comportamento normal ele é, segundo dizem os especialistas em RH, o trabalhador mais procurado hoje em dia pelas empresas. Nessa forma de trabalhar é preciso inventar a todo momento e conviver, isso é importante, de um lado com regras muito estritas e rigorosas que os padrões de qualidade em vigor exigem e, de outro com uma eterna improvisação. Então, ao mesmo tempo, você tem de obedecer regras, tem de se adequar ao modelo, e, concomitantemente, improvisar o tempo todo. Este profissional é resiliente, ou seja, resistente a choque, isso é o trabalhador que está conseguindo com melhor facilidade trabalho.

Então, trata-se daquele que topa tudo, que consegue fazer da crise um modo de vida. Para isso, entretanto, é obrigado a abrir mão de uma série de prerrogativas. Ele acumula perdas e se torna, como dizia o filósofo alemão Rock Heiman, uma pessoa para quem a felicidade é reduzida a uma banalidade para poder coincidir com a vida.

A necessidade dessa pessoa é a de conservar o seu emprego, derrotar ideais e valores. Acontece que apenas sobreviver para essa pessoa é suficiente. No trabalho, o que se exige hoje em dia, muito mais do que produtos ou serviços, são os resultados da vitória sobre a crise. Esse é aquele que nesse mundo em que o trabalho está escasso e não está para todos, vence, é o vencedor.

O redundante daquilo que é excessivo, que pode jogar fora, é outro tipo humano que surge nos dias de hoje. São aqueles que sobram, para os quais não há lugar no trabalho e, portanto, não há lugar na vida, porque na sociedade capitalista só tem direito à vida quem trabalha. Não importa se esses redundantes são jovens ou são experientes, qualificados ou não. Eles não conseguem nem um serviço assalariado e nem levar adiante um trabalho por conta própria simplesmente porque há gente demais nas mesmas condições. Por isso, todos esses estão fora, são redundantes.

O desaparecimento de profissões por inovações tecnológicas de um lado e novos arranjos na organização, de modo geral, são as causas mais comuns para a redundância. Se a gente for comparar o resiliente com o redundante, o resiliente é aquele que é o vencedor, ele tem como sentimento principal o medo e a insegurança. E o redundante, por outro lado, sente-se mal também, mas como inútil e discriminado. Um operário que eu entrevistei, que tinha mais ou menos 40 anos, altamente qualificado, me disse o seguinte: é triste ter de jogar fora tudo o que se aprendeu durante a vida para fazer um servicinho à toa, assim mesmo por favor.

Então, esse é o sentimento que tem o redundante, que ele está sendo jogado fora, que tudo aquilo que ele aprendeu não serve, não tem importância. O resiliente, que é o vencedor, que tem um trabalho, ele tem medo, tem insegurança, porque mesmo no trabalho ele sabe que a qualquer momento pode se tornar um redundante.

Embora a resiliência e a redundância sejam situações evidentemente opostas, do ponto de vista do exercício do trabalho, são muito tênues os limites entre as duas possibilidades. O que o resiliente mais tem medo é tornar-se um redundante. Por isso, ele aperfeiçoa o seu modo de ser, se esforça e, no entanto, se vê cada vez mais não como um vencedor, mas como um sobrevivente temporário em um mundo prestes a desmoronar. É obrigado a um trabalho que ele vive como degradante, representando tudo contra o que ele sempre lutou. Então, o trabalhador resiliente não só aceita esse trabalho, mas se vê forçado a brigar por ele. Ele abre mão de uma jornada normal, de pagamentos de horas extras, ele abre mão também muitas vezes de férias, de tudo aquilo que a classe trabalhadora – ou quase tudo – que foi ganhando e conquistando ao longo dos últimos séculos, para continuar trabalhando num serviço que ele mesmo considera degradante.

Em compensação, o redundante aquilo que ele mais quer é se tornar um resiliente. Quer ter um emprego, mesmo que seja nessas condições. Mas também para ele a sobrevivência é o bem supremo e por isso qualquer trabalho torna-se uma obsessão, já que continua sendo somente através de trabalho que se tem direito à vida. Vocês sabem quem disse primeiro "quem não trabalha não come"? ... São Paulo. E isso foi um mote que vem sendo usado à revelia talvez de São Paulo, mas vem sendo usado pelo capitalismo como um dos motores da obrigação do trabalho. Quem não trabalha, não come.

Em compensação, tem um filósofo do século XIX, anarquista russo, Kropotkin, que diz uma coisa que literalmente oposta a isso: "Mais do que direito ao trabalho, o homem tem direito à vida". Acontece que na situação atual do que está sendo chamado de hipermodernidade, quando de um lado você tem as transformações na forma de trabalhar, pressionando o trabalhador de uma maneira extrema, e de outro lado uma falta de necessidade absoluta de trabalho, hoje em dia se faz, com a mesma quantidade de força de trabalho ou muito menos a mesma quantidade de riqueza ou muito mais. Então, mostram-se, formam-se, produzem-se resilientes e redundantes.

Finalmente, eu queria voltar à questão da vida como sobrevivência. Entendo que o trabalho é para produzir riqueza para todos. A qualidade de vida nada mais é do que a riqueza à disposição de quem trabalha ou de quem não pode trabalhar, mas mesmo assim tem direito à vida. Então, eu acho que é importante pensar que toda riqueza que já foi produzida no mundo, seja em termos materiais, estritos, seja em termos de cultura, de arte, foi produzida pelo trabalho.

O fato de o trabalho ter sido explorado praticamente toda essa história, na história da humanidade, com pouquíssimas exceções, não tira do trabalho esse fato. É o trabalho que produz riqueza, nesse sentido. É o trabalho que produz uma boa vida. Ele não está disponível para todos, mas não é culpa do trabalho, e sim da forma como esse trabalho é explorado.

anais 24.08.05 17:30 Page 13

Portanto, avalio que a falta efetiva de trabalho e a mera possibilidade de desemprego fazem com que muitos trabalhadores se sintam ou efetivamente estejam no limite da sobrevivência e aí, mais uma vez cito Lefrève, que diz: "Quanto mais perto da sobrevivência você está, menos necessidades você tem". A gente pensa que às vezes é o contrário, quem está perto da sobrevivência tem mais necessidades, não.

Quem está perto da sobrevivência tem uma necessidade, que é absoluta, que é forte, de sobreviver. Ter o pão para hoje, ter a moradia para a noite. Quanto mais você se afasta da sobrevivência, mais necessidades têm e são boas. A necessidade de ler um livro é uma boa necessidade, de dançar, de conviver com a família, são todas boas necessidades que a humanidade foi construindo ao longo de sua trajetória. A gente não saiu da caverna para estar no século XXI à beira da sobrevivência. Sobrevivência a gente estava lá na caverna. A gente fez uma trajetória, como humanidade, que nos permite hoje em dia nos afastarmos da sobrevivência e podermos, sim, usar toda essa riqueza que foi produzida e continua sendo produzida para a nossa boa vida. Então, quando os trabalhadores se sentem perto da sobrevivência eles abrem mão do sonho, da utopia, e se entregam à dura tarefa de ganhar a vida.

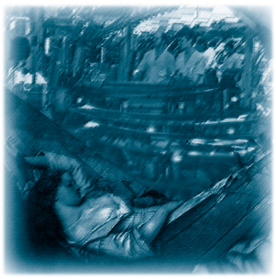
Mas é um erro, na minha opinião, que o homem se satisfaça com isso e fique reconhecido por essa sobrevivência imediata. Os trabalhadores, no mundo inteiro, nos últimos tempos, nos últimos 20 anos, foram apanhados de surpresa por transformações muito poderosas e inesperadas. Entendo que eles precisam, por isso, de um pouco de espaço e de tempo para poder voltar a sonhar e aí, quem sabe, o trabalho volte a povoar os sonhos, o próprio trabalho, não a sua ausência, mas o trabalho de fato. Não o trabalho que produz resilientes ou redundantes e o trabalho que procura apenas a sobrevivência, mas o trabalho que é um instrumento de criação e que produz a vida. Eu acho que é a classe trabalhadora que tem esse instrumento na mão de usar o trabalho como criação e como produção da vida.

Quanto ao papel do sindicato trata-se de uma das forças que pode ser progressista e que pode ser transformadora dessa sociedade. Um fato conhecido é que o sindicato sofreu um ataque muito grande nos últimos 20 anos, é verdade. E esse ataque foi propiciado pela inovação tecnológica porque diminuiu a base, mas não foi causado por ela, porque a mesma inovação tecnológica poderia ter fortalecido o sindicato se a solução para menos trabalho fosse demissão, não fosse desemprego, fosse uma outra forma de se pensar o trabalho, outra forma de se pensar a vida. Então, acho que o sindicato tem um papel fundamental, em primeiro lugar, fundamental, mas muito difícil, porque é um papel duplo. Primeiro, ele tem de ter um procedimento tático, tem de atender – e foi feito para isso – as necessidades de sua categoria. Ele tem de defender os interesses de sua categoria: salário, condição de trabalho. Isso é o papel de balcão, digamos assim, do sindicato. Além deste e tão importante quanto é que o sindicato tem que ter uma visão de longo prazo, tem de ter uma estratégia, uma utopia. E é isso que você está sentindo falta, é verdade.

Neste momento, existe uma lacuna de utopia, de transformadora. Porque uma experiência que alimentava, digamos assim, essa utopia, morreu, morreu lá, naquela experiência concreta, nesse sentido. Então, eu acho que para o sindicato poder funcionar nesses dois níveis, atendendo sim a sua categoria. Se o sindicato não atende, quem vai atender? E tem de ter ao mesmo tempo essa dimensão estratégica que vai procurar uma outra forma de viver e aí todas as pessoas estão incluídas nessa sociedade. Essa é a forma. A sociedade que eu quero e a sociedade pela qual eu acho que o sindicato deve lutar é uma sociedade que não vai ter excluídos. Agora, esse papel do sindicato era muito ajudado por uma utopia que existia. Por outro lado, é o sindicato como representante, aquele que entende melhor os interesses da classe trabalhadora, portanto, da classe que vive de trabalho e se não tem trabalho não vive, esses são os excluídos, também ligados ao trabalho. É esse sindicato que pode ajudar a construir essa utopia, seja uma reconstrução nova. Acho que o sindicato tem um papel fundamental na nossa sociedade atual. Não é o único que pode ter esse papel transformador, de maneira alguma, mas que tem um papel fundamental, tem sim. Quero lembrar uma filósofa húngara, chamada "Agnes Heller", que diz que existem necessidades biológicas, necessidades que são sociais, que vão sendo construídas ao longo dessa trajetória da humanidade, mas ela afirma que existem necessidades chamadas radicais, no excelente sentido da palavra, que pegam a coisa pela raiz. Que necessidades são essas? Ela diz: existem necessidades biológicas que podem ser respondidas pela sociedade capitalista. A sociedade capitalista pode responder as necessidades de comida, de moradia, tanto que existem países capitalistas, como a Suécia e a Dinamarca, que responderam para a maioria da população. A sociedade capitalista pode responder também a outras necessidades sociais que foram sendo construídas, como a necessidade de reconhecimento, como a necessidade de coisas além da sobrevivência. Mas existem algumas necessidades, diz Agnes Heller, que não podem ser respondidas pela sociedade capitalista e por isso que ela chama de radicais. Elas têm de ser respondidas por um outro tipo de sociedade e uma delas que eu vejo, por exemplo, é essa. Por que, na sociedade capitalista, tem de ter gente que pode mais e gente que pode menos? Gente que compra mais e gente que compra menos? Gente que ganha mais e gente que ganha menos?

Enfim, a desigualdade, que é parte estrutural da sociedade capitalista, as necessidades que vêm dessa desigualdade, a sociedade capitalista não responde. Porque no dia em que ela responder, ela não será mais desigual e, portanto, não será mais capitalista. Esse é um papel fundamental do sindicato porque o negócio dele é lidar com essa desigualdade. Quando o sindicalista senta numa mesa de negociação para tratar com o patronato salário, condição de trabalho, jornada, benefícios, ele está lidando, está botando a mão nessa desigualdade. E já que ele tem isso no seu trabalho do dia-a-dia, ele pode pegar essa experiência e em cima disso construir a sua utopia. Então, eu espero que o sindicato volte a ter de uma maneira mais orgulhosa, mais cheio de si, esse papel na sociedade, porque é o papel dele e ele pode desempenhá-lo muito bem. ●

anais 24.08.05 17:30 Page 14



03. Relações de Trabalho no Contexto da Hipermodernidade

Márcio Pochmann - Economista, pesquisador e professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp. Foi Secretário do Trabalho da prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy

Um programa de pleno emprego não pode se sustentar tão - somente na geração de vagas, mas também no crescimento econômico e na saída de pessoas do mercado de trabalho. Gerar o pleno emprego não significa tão - somente abrir postos de trabalho, significa tirar pessoas do mercado de trabalho, dando a elas condições de viver na inatividade. É isso que ocorre no capitalismo do século 20 e cada vez mais reconhecido com o passar do tempo como o século do trabalho, século da grande indústria, etc.

Vamos tratar da situação que está se constituindo no mundo a partir da segunda metade dos anos 70, em que entramos numa terceira grande revolução tecnológica, uma transformação profunda na forma de organização da produção e do trabalho. Isso está gerando uma nova classe trabalhadora em que a base dos trabalhadores diz respeito a atividades terciárias e serviços. O que está se verificando na atividade industrial, basicamente, é uma reprodução do que ocorreu com o trabalho na agricultura. Até o século XIX, tínhamos alguma coisa como 70% dos trabalhadores ocupados na agricultura.

No século XX, tivemos a expansão da indústria. A Alemanha, que é o país que mais absorve mão-de-obra na indústria, chegou a ter 48% dos seus ocupados no setor. Hoje os países desenvolvidos têm em torno de 2% a 3% dos ocupados na agricultura e 13% dos ocupados na indústria, o que significa dizer que 85% estão nos serviços. Essa é a perspectiva que se apresenta, ou seja, uma nova forma de organização da produção, basicamente estabelecida na atividade de serviços que representam um mundo completamente diferente, muito heterogêneo. Uma coisa é o trabalhador da indústria estar lá vendo construir o automóvel, ele é parte da produção, ele identifica seus companheiros, que são na verdade companheiros de luta, com condições de trabalho em geral muito homogêneas.

Outra coisa é o trabalhador de serviço, que tem praticamente uma relação individual de trabalho. Uma coisa é o entregador de pizza que não tem identificação nenhuma com os demais entregadores de pizza. É ele e o cliente. São relações de trabalho quase que individualizadas em que o colega de trabalho é quase que um adversário na competição, em que a remuneração é cada vez mais estabelecida não em função da produção como um todo ou das vendas, mas em função do desempenho individual, das metas de produção. Então, isso gera uma sociedade muito diferente daquela que nós observamos no século XX, uma sociedade com enormes complicações em termos de representação de interesses, seja em organização sindical, organização patronal ou partidária num mundo muito heterogêneo.

Inegavelmente, a meu modo de ver, estamos numa transição, não estamos mais naquilo que era o século XX, era como se tivéssemos há 100 anos discutindo as relações de trabalho. Alguns estariam dizendo: o sindicalismo está em crise. Qual sindicalismo? O sindicalismo de ofício. Mas, simultaneamente, nasceu um novo tipo de trabalhador, uma nova forma de organização, que era o sindicato da grande indústria. Isso que eu estou falando é nos países desenvolvidos, porque em 1900 não tinha nem empresa decente no Brasil. O salto da industrialização brasileira foi a partir de 1930 e só passamos a ter grande empresa, com dimensão importante, a partir da segunda metade dos anos 50, quando um grande mineiro, JK, foi o nosso presidente, rompendo as adversidades.

Discutir o mundo do trabalho e as relações do trabalho nos dias de hoje é muito complexo. Primeiro, precisamos ter bem claro onde estamos pisando. Tudo bem, estamos em um período de transição. Não estamos mais como éramos antes, mas onde estamos indo? Aí reside uma dúvida maior. Por quê? Porque, simultaneamente, estamos diante de uma nova visão internacional do trabalho, uma nova repartição do trabalho no mundo, ao contrário da repartição do trabalho e da divisão internacional do trabalho do século XX, que era uma divisão mais simples, trabalho industrial e trabalho agrícola.

Em 1949, o Raul Prebish, grande economista argentino, junto com Celso Furtado, fizeram um manifesto dos países periféricos, dizendo que essa coisa de produzir aqui agricultura significava transferência de renda recorrente dos países pobres para os países ricos. Por quê? Porque quem produz bens industriais, em geral a partir de poucas empresas, tem condições de estabelecer o preço de seu produto que se mantém em termos reais, ao contrário dos países que produzem bens agrícolas. Por quê? Porque bens agrícolas não têm controle da produção. Hoje existe um país produzindo café, amanhã há um outro e assim por diante. Então, a produção em geral aumenta e quanto maior a produção, menor o preço. Logo, significa dizer que, para comprar o mesmo trator, será necessário produzir cada vez mais sacas de café. Logo, países pobres que produzem bens agrícolas estão subordinados a terem que

produzir cada vez mais para comprar o mesmo produto industrial.

O Brasil altera a sua inserção na economia mundial a partir da Revolução de 30, quando, de certa maneira, deixa em segundo plano a agricultura e se foca com a indústria. Teve que dançar de um jeito ou de outro na Segunda Guerra Mundial para conseguir que se instalasse a primeira grande Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, uma articulação com o governo americano, dizendo que ia apoiar os alemães, etc, uma luta enorme que se fez nesse país para industrializar-se.

Estou dizendo isso, basicamente, para chamar a atenção que esta divisão internacional do trabalho está sendo superada por uma outra, que é a divisão do trabalho de concepção e o trabalho de execução. O trabalho de concepção é tudo isso que a literatura nova diz, o trabalho multidisciplinar e a qualificação. Bons empregos e bons salários são para quem exerce atividades de comando, que não têm muito a ver com a produção. São atividades quase que imateriais. De outro lado temos os trabalhos de execução, os simplificados, repetitivos, com baixa escolaridade e pouca remuneração.

Sempre dou exemplo da maior empresa produtora de calçados do mundo, que é bastante clara para demonstrar o que eu estou querendo dizer. A maior empresa produtora de calçados do mundo envolve na sua produção anual a contratação de 100 mil trabalhadores. 20 mil são contratados diretamente por essa empresa e operam na matriz. Eles fazem tudo, menos calçados. O que eles fazem? Cuidam da tecnologia: como é que se faz o calçado? Quais são as máquinas? Que material utilizar: couro, plástico ou uma combinação de tudo? Ou seja, eles se preocupam com os laboratórios de pesquisa. Eles também se preocupam com as aplicações financeiras, os excedentes da empresa, compram título americano, compram moeda chinesa – evidentemente, uma parte importante da rentabilidade das empresas não é mais operacional, é financeira. E eles se preocupam com marketing. Um novo calçado vai sair vinculado à figura da Gisele Bünchen ou com o jogador de basquete americano? Bom, porque, na verdade, quando a gente está comprando um calçado ou qualquer outra porcaria, estamos pagando um preço que é por conta da grife.

Então, 20 mil trabalhadores fazem distribuição, comercialização do calçado, etc. Fazem tudo, menos o calçado. E são as ocupações que exigem grande escolaridade e pagam muito bem. E onde estão essas vagas? Nos países que investem em tecnologia. E os outros 80 mil empregos? Esses estão dispersos nos países que mais praticam as políticas do FMI e do Banco Mundial, isto é, que mais flexibilizaram seus mercados de trabalho, que mais fizeram com que os mercados de trabalho parecessem algo regressivo ao século XIX. Estão nos países asiáticos, que utilizam crianças e mulheres para a produção de couro, calçado, sem regulamentação, com alta jornada de trabalho, salários reduzidos e assim por diante. Ou seja, estamos combinando com essa nova divisão internacional do trabalho relações de trabalho do século XXI com as do século XIX.

Isso está dividindo o mundo. Os bons empregos sendo gerados nos países desenvolvidos, onde se investe em tecnologia, e os piores empregos nos países subdesenvolvidos, onde se praticam as piores relações de trabalho. Os países desenvolvidos, o G-7, os sete países mais ricos do mundo, respondiam por um terço do desemprego mundial em 1979, quando 45 milhões de pessoas estavam desempregadas. Em 2002, o desemprego mundial, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tinha aumentado para 160 milhões de pessoas. Só que o G-7 responde agora por 11% do desemprego mundial. Ou seja, país pobre, que pouco investe em tecnologia, não é apenas protagonista dos empregos de baixa qualificação, mas também do desemprego.

Este é o quadro. E para onde vai o sindicalismo, para onde vão as relações de trabalho do Brasil? Depende para onde o Brasil quer ir. Nunca tivemos um estágio de democracia como temos atualmente no País. O Brasil não tem tradição democrática. O que sabemos fazer aqui é autoritarismo, isso é com a gente. Em 505 anos de história não temos nem 50 de democracia. Completamos agora, este ano, 20 anos de democracia – de 85 para cá – que é o período mais longo de democracia contínua.

Hoje a sociedade define para onde quer ir. É claro que se vamos discutir democracia vamos chegar à conclusão de que o que temos no Brasil é uma extrema plutocracia – é governo dos ricos. O povo vai lá, vota, etc, mas isso pouco importa. Por que? Porque estamos tratando de uma sociedade de pouca organização e em que os interesses econômicos são gigantescos. O esforço que precisamos para fazer uma greve, uma manifestação, é enorme, enquanto em Brasília, constantemente, baixam na agenda dos ministros e do presidente os grandes interesses a pressionar, a tomar decisões.

A caminhada dessa transição é feita de passos e, dependendo dos passos que estamos dando, vamos chegar a algum lugar ou vamos parar no meio do caminho. As opções que se fizeram na década passada sobre neoliberalismo nos aponta cada vez mais para um país asiático. Jogamos fora investimentos em tecnologia, abrimos para a globalização, a globo tecnologia, a globalização da tecnologia. É melhor comprar tecnologia do que produzir internamente. Fizemos uma privatização burra. Privatizamos o sistema de telefonia no Brasil, onde tinha produção de tecnologia em cada um dos estados, a Telemig, a Telerj, a Telesp, havia um conjunto de pessoas que estava pesquisando novas linguagens, novos equipamentos, etc. Aí, faz a privatização, a empresa que compra é uma empresa estrangeira, que não tem interesse em ficar pagando salário de gente para fazer pesquisa aqui no Brasil, ela já paga no seu país de origem, não vai reproduzir custo. Nós jogamos fora isso.

Então, essas opções que fizemos são as seguintes: tecnologia é em grande empresa, vamos nos especializar cada vez mais em produzir o quê? Bens primários. Estamos nos especializando, pois vamos ser a maior economia produtora de bens primários, soja, suco de laranja, salsicha, frango, minério de ferro. Nada contra produzir

e exportar isso. O problema é que não pode ser só isso. E cada vez mais está sendo só isso. E é isso que está determinando o padrão de emprego no Brasil. Porque para produzir e exportar só isso faz com que a base da competição seja o custo do trabalho. Aquilo que ocorria até os anos 20 – vocês sabem que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como diz o nome, é uma consolidação de leis que já existiam, que foram criadas desde o final do século XIX no Brasil, mas não eram aplicadas. Só foram aplicadas a partir de 1930, com a defesa do Estado, obrigação do Estado que fossem cumpridas em primeiro lugar na própria função pública e depois no setor privado.

Por que as leis não eram cumpridas? Porque tinha um governo liberal, mas também por outro lado, a forma de produção voltada para o mercado interno se sustentava na produção de café e outros bens em custos reduzidos do trabalho. E é isso que estamos fazendo no Brasil, a produção de bens com baixo custo de mão-de-obra. Até os anos 80, a perspectiva do Brasil qual era? Era termos aqui condições de trabalho próximas às dos países desenvolvidos. Nos anos 80, o custo do trabalho na indústria de transformação chegou a ser de quase quatro dólares a hora.

Nos Estados Unidos, o custo do trabalho-horário na indústria é US$ 15 e, na Alemanha, de US$ 21. O que estamos vendo no Brasil agora é uma regressão – o custo do trabalho-horário na indústria de 2003 foi de US$ 1. E eu digo para vocês – US$ 1 a hora está caro porque estamos competindo com os países asiáticos, o segundo nível de países asiáticos, não é a Coréia, o Japão, a China. Estamos competindo é com o Sri Lanka, com a Indonésia, onde o custo do trabalho-horário na indústria é de R$ 0,20. O que estamos produzindo de trabalho ainda está caro. Ele vai se reduzir ainda mais se mantivermos este modelo econômico que nos coloca, como inserção na economia mundial, produtores de bens primários.

A CLT vai ser descumprida como estão sendo descumpridas as legislações voltadas para os trabalhadores. Não basta estar na lei. A Constituição fala de um salário mínimo decente. Tudo bem, subiu para R$ 300, ótimo, excelente, mas está muito longe de qualquer salário decente. Estamos vivendo uma sociedade à margem da lei do trabalho. Estamos vivendo um quadro em que o setor público é o primeiro a marginalizar a CLT. Basta ver o que é função pública, as terceirizações. O que tínhamos nos anos 80? Tínhamos um contrato de trabalho padrão. Eram a CLT para o setor privado ou estatal e o contrato estatutário para a administração pública.

Olha, eu trabalhei no município de São Paulo. Na minha secretaria, tínhamos dez tipos de contratos: o estatutário, o cargo de confiança, o consultor, o free-lancer, o estagiário, tinha de tudo, as cooperativas, etc. Hoje, você tem o quê? A meu modo de ver, a reforma trabalhista e sindical está sendo feita pelo mercado e o Estado é o principal protagonista disso tudo.

Um país que tem dez tipos de contrato de trabalho como nós temos hoje, o que é isso? Qual é a questão? A questão é a seguinte: vamos ter uma reforma trabalhista e sindical - se é que vamos ter, eu espero que tenhamos - que seja para consolidar o que o mercado já fez e olhando pelo retrovisor ou vamos fazer uma reforma trabalhista olhando para o Brasil de 2030? Porque o êxito da CLT em 43 foi justamente o de uma estratégia. A CLT é um estatuto do trabalho assalariado, foi estabelecido em 43 quando tínhamos, a cada dez ocupados, dois assalariados.

A CLT foi feita para uma minoria e se transformou para uma maioria nos anos 60 e 70 porque tinha um projeto de desenvolvimento sustentado na urbanização, na grande indústria, na expansão das empresas estatais, que fizeram com que a cada dez empregos abertos no Brasil, oito fossem assalariados. Dos oito assalariados, sete com carteira assinada. Isso permitiu termos em 1980 quase oito a cada dez ocupados assalariados.

Bem, estamos olhando nos últimos 25 anos uma crise danada do capitalismo brasileiro. A economia cresce a taxas irrisórias, em torno de 2%, gera poucos empregos e, desses, uma parte importante cada vez mais é trabalho não assalariado. De cada dez ocupados no Brasil, cinco já são não assalariados, para os quais não há representação, não há código do trabalho.

Então, eu quero deixar aqui para discutirmos o seguinte: o que podemos fazer em termos de reforma sindical e trabalhista para dar conta do que vem vindo pela frente? Em que medida estamos preparando os sindicatos, os estatutos dos trabalhadores para incluir e não para excluir? Porque o trabalho ambulante, do vendedor de bala, isso aí não desapareceu até hoje e possivelmente vai crescer ainda mais. Que aliança vamos fazer com essa gente? Porque se não fizermos aliança, esse pessoal estará vestindo a camisa do sr. Pastore. Se não tem 13º para todos, para que para uma minoria? É melhor não tê-los. Nós vamos continuar sendo vistos cada vez mais como um bando de privilegiados. De certa maneira, até já somos. De cada três ocupados, somente um tem proteção social-trabalhista.

Qual aliança vamos fazer? Que reforma inclusiva vamos fazer? Que projeto de país vamos ter para os próximos 30 anos? Não se trata de eu ter o projeto. Nós, que pensamos o Brasil diferente e queremos transformá-lo, que projeto temos? Não adianta cada um de nós ter cinco projetos se não for o país de todos. Vocês acham que o Getúlio Vargas sabia o que seria o Brasil em 1980? Ele tinha dúvida, vai por aqui, tem indústria, esse negócio de emprego aí, etc.

Vamos construir em função dessa imagem. Se a gente não tem essa imagem vamos construir e caminhar para onde? Olhando o retrovisor? Bom, o retrovisor mostra o que passou, mas nós estamos olhando para frente. Nesse sentido, é fundamental ter uma imagem do que a gente quer para as próximas décadas e tentar fazer com que essa imagem se transforme em realidade. Eu acredito que o homem faz história. Eu não tenho dúvidas. Se vocês estão aqui é porque isso é possível fazer. ●

anais 24.08.05 17:30 Page 17

Eleonora Menicucci de Oliveira - Socióloga Sanitarista, professora da Universidade de São Paulo

Eu vou falar mais da articulação do trabalho com a saúde e gênero. Existe uma diferença muito grande que eu queria marcar aqui, que é a saúde ocupacional e a saúde do trabalho. A saúde ocupacional é aquela que vem, desde 1800, passando pela Revolução Industrial, o médico, contratado pela empresa, para fazer valer o capital. A concepção de saúde ocupacional é aquela que privilegia a função do médico do trabalho. Aquele médico que não é do trabalho, mas da empresa. A outra vertente é aquela que eu abraço, que é a da saúde no trabalho, que é o médico que defende a saúde dos(as) trabalhadores(as) na perspectiva de fazer valer estes direitos, que praticamente já não existem mais, mas os direitos dos trabalhadores que adquiriram as doenças nos diversos mundos do trabalho.

Posto isso, nós mulheres, pesquisadoras feministas e ativistas, introduzimos junto com um grupo de pesquisadoras européias e americanas latino-americanas a categoria de gênero para mostrar que, mesmo com essa articulação do nexo causal na saúde do trabalho do lado da saúde dos (as) trabalhadores (as), se não pensarmos a partir da categoria de gênero não vamos conseguir entender, por exemplo, uma LER (Lesões por Esforços Repetitivos), um câncer de pulmão provocado pelo amianto ou um câncer de pele, de fígado, ou por organoclorato, da Shell e da Basf. Como essas doenças instalam nos corpos, masculinos e femininos? A doença é a mesma, mas, como ela se instala e como ela percorre, depende muito da conformação biológica e fisiológica de cada um de nós e aí dos lugares que cada um de nós ocupa nos diferentes mundos do trabalho.

Entreguei recentemente o meu mandato – estava cumprindo o meu ato de dois anos de relatora da ONU para o direito ao trabalho no Brasil, para o direito à saúde, direitos humanos à saúde no Brasil, com mais cinco relatorias, sendo uma do direito ao trabalho; do direito à educação; do direito ao meio ambiente – terra e água -; do direito à alimentação; do direito à saúde e à moradia.

Esse mandato é da sociedade civil ligado ao alto voluntariado da ONU. A gente recebe as denúncias e vai aos locais para ouvir os sujeitos violados e violadores. Uma das missões que me levaram a Campinas e a Paulínea para ver a contaminação da Shell em 484 ex-trabalhadores da empresa, vendida para a Cianamid e depois para a Basf, e 268 moradores do chamado Recanto dos Pássaros. A Shell instalou-se no Brasil na década de 70, na época da ditadura, e escolheu a região de Paulínea porque era uma região geográfica meio no formato de concha, que é o símbolo da Shell. Ela se instalou lá e não informou nem aos trabalhadores nem aos moradores de classe média alta desse sítio Recanto dos Pássaros do que ela ia produzir, que eram os produtos dos eudrins, que são absolutamente tóxicos e que hoje são proibidos no Brasil.

As conseqüências são absurdas e quem lidera essa movimentação toda é o Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas, Paulínea, Vinhedos. Hoje, temos esse enorme número de trabalhadores desempregados, sem assistência médica, sem tratamento, os moradores sem as casas e levamos a Shell para a OEA (Organização dos Estados Americanos) para processar a empresa e o Estado brasileiro por ele ter permitido que a Shell se instalasse daquela maneira e permanecesse lá.

Em contraparte a isso, a Shell me processou porque eu a chamei de assassina. Trata-se de uma multinacional. Qual é o papel dessas multinacionais e o que elas estão fazendo aqui? A briga é de gente grande, não é briga de gente pequena. Ouvi depoimentos de trabalhadores homens e mulheres de chorar, de arrancar lágrimas. Então, que hipermodernidade é essa que nós estamos vivendo? Os trabalhadores da Shell – me desculpem falar dela – nem as suas famílias de segunda e terceira geração conseguem emprego em Campinas. E a Delegacia Regional do Trabalho e o Conselho Regional de Medicina estão de cima.

Qual é então o conceito de hipermodernidade, com o qual nós estamos trabalhando? A outra questão que eu queria colocar não só baseada nessas andanças que eu fiz pelo Brasil afora, mas em várias pesquisas que eu faço, recentemente terminadas na TRW, no ABC Paulista, na Costal, na Maquita, na Ford, na Panex e PS Pistons, de Campinas, que são emblemáticas na reestruturação produtiva. O que encontramos como doenças da hipermodernidade? Encontramos a LER, as contaminações tóxicas, os assédios morais, que para mim é a maior doença da hipermodernidade, para não falar da globalização, essas coisas mais chavonadas, o assédio moral e a depressão.

E aí como isso impacta diferentemente nos homens e nas mulheres? As mulheres não podem abotoar o sutiã e não podem pentear o cabelo. As mulheres não podem pegar o filho para amamentar com LER. Dos 100% lesionados no Brasil, entre 80% e 85% são mulheres. Os homens não conseguem pegar mais um copo e não conseguem mais trabalho. Agregado a esta perversidade tem outro detalhe: eles não só entram na malha do desemprego como até na da exclusão. A exclusão no mundo da informalidade! Fica difícil, porque eles já chegam no mundo da informalidade doentes.

Teve um rapaz, do sindicato, da Ratma Mapol, de Sorocaba, que fez um depoimento, numa das missões, o rapaz tinha 29 anos. O primeiro filho ele não conseguia sequer segurá-lo. Estes são frutos de trabalhos monótonos, de trabalhos solitários e são as modalidades dos novos tipos "de trabalho e de emprego". Não vou entrar aqui na conceituação entre trabalho e emprego. Mas, se eu quero dar um exemplo disso, um emprego doméstico. Uma coisa é um emprego doméstico, que a trabalhadora está lá contratada por uns baixíssimos salários para trabalhar na minha casa para eu poder trabalhar para a universidade.

Agora, na minha casa, tem um tanto de trabalho repetitivo. Na minha casa, como na de todos nós, tem uma enormidade de trabalhos repetitivos e trabalhos tóxicos. E trabalho de contaminação, se a criança está com uma gripe ou com uma pneumonia, uma tosse, passa para a pessoa que está cuidando dela. E isso não é computado.

Há tempos que o Ministério do Trabalho e a Seguridade Social desconhecem as doenças provocadas pelo trabalho doméstico. Bem, o que fazemos com isso, sobretudo nós, mulheres? Reconhecem agora a licença-maternidade, mas não reconhecem as doenças e não reconhecem também os acidentes de trabalho. E é lá que acontece quando as patroas mandam as empregadas, no caso, subir no paredão da janela para limpar os vidros. Eu toda vez que passo na rua e vejo uma mulher pendurada lá, limpando o vidro, eu paro, converso com ela, falo para ela sair de lá e ir para detrás da janela. A trabalhadora doméstica não tem quem faça o trabalho para ela, na sua casa, e assim enfrenta duas, três ou quatro jornadas.

O trabalho em domicílio está atualmente em alta. Muitas pessoas fazem da sua casa um escritório e presta serviço de consultoria, de computação, entre tantos outros. Porém, existe uma diferença muito grande. A partir de 2000, se pensarmos o porque desta chamada, "feminização do trabalho", eu não tenho dúvida, é porque, com a diminuição dos custos, com a necessidade do capital para diminuição dos custos da produção, fica muito mais barato contratar as mulheres do que manter o contrato com os homens. Por que? Primeiro porque as mulheres historicamente já vivem numa crise conjuntural de desemprego. Porque o mundo do trabalho delas até basicamente a década de 70 era um mundo do trabalho dentro da casa. Ou seja, não é conjuntural, é estrutural. Vivemos, convivemos, nós, mulheres, há muito mais tempo com as crises estruturais do mercado de trabalho, das relações de trabalho do que os homens, por mais que em algumas áreas nós estejamos muito mais habilitadas e capacitadas para determinado tipo de trabalho.

No entanto, os valores que aprendemos dentro de casa, nos passado de geração em geração, como a tolerância, o cuidado, a acuidade, a sensibilidade, o trabalho mais com as pecinhas pequenininhas, fininhas, enfim, enfiar uma linha na agulha, isso, o mundo do trabalho, nesta perversidade desta desregulamentação, passa a computar, a incluir, como um elemento da configuração das novas relações de trabalho. Aí as mulheres entram e vão para onde? Me surpreendi quando eu cheguei na Ford, de São Bernardo do Campo, com produção basicamente de caminhões porque a de carros foi para Camaçari - e vi que eram as mulheres que trabalhavam no chão de fábrica fazendo o controle da produção. No número de oitocentos e tantos trabalhadores, tem 18 mulheres na Ford.

Como posso, então, ter uma vida boa, feliz? Estou feliz porque tenho trabalho, tenho emprego. Mas não é só isso que eu quero. Aí uma me contou que não tem mais o controle da ida aos banheiros com chave ou com a moedinha. Mas fui em várias empresas e vi que não existe um controle na Costal e na TRW, "existe um controle eletrônico" – vocês devem conhecer. Quando uma pessoa sai do posto para ir ao banheiro, acende uma luzinha. Só pode ir ao banheiro se ela encontra alguém para fazer a função dela para não perder a meta da produtividade. Se não, é descontado no salário e, muitas vezes, até mandam embora.

A estrutura das novas empresas hoje - o galpão, o chão de fábrica - é muito parecida com que um filósofo francês, que já morreu, que eu gosto muito, Michel Foucaux, falou do Panótipo. Chama O Panótipo do Foucaux, o controle através dos olhos, você controla sem ser visto. A sensação quando entramos nos diferentes chãos de fábrica – na LG e Philips eu tive até um arrepio quando fui lá como relatora da ONU, em São José dos Campos. É um verdadeiro aquário, uma verdadeira prisão. Todo o Departamento de Recursos Humanos, o tal do RH, é em cima, dentro de um vidro fumê que fica observando o que fazem os trabalhadores e as trabalhadoras – a que horas que chegam e a que horas saem.

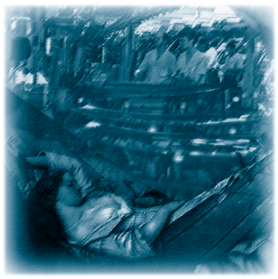
Claro, agrega-se a isso o medo do desemprego, entra a quebra da rede de solidariedade e a competitividade. Entra também outro item, que é a vergonha de estar doente, sobretudo nos homens. Os homens têm muita vergonha de dizer que estão doentes porque a doença tem um significado simbólico de perda de virilidade. O homem doente, no significado simbólico, da cabeça, coletivo, é que ele não pode manter a família, que ele não será mais o provedor. Ele não sendo mais o provedor, possivelmente, também não é o melhor contribuidor para a reprodução humana. Tenho um livro que fiz junto com a CUT, que é "A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho", onde falo da psicopatologia sexualizada do trabalho. Então, a doença é uma vergonha. Um exemplo é a alta incidência de câncer de próstata. Os homens não vão fazer o exame preventivo com medo de virar homossexual.

Agora, as mulheres fazem a prevenção do câncer de mama, do câncer de colo, com o Papanicolau, vão mais às unidades básicas de saúde, mais ao médico, ao ginecologista. Então, nesta lógica fica claro imaginar no mundo do trabalho um homem adoecer? As mulheres também não podem mais adoecer. Na hipermodernidade, não pode mais utilizar os quatro meses de licença-maternidade que conseguimos com tanto afinco. Por quê? Por que quando ela volta, perdeu a sua função, perdeu o seu posto, é transferida de posto. Por quê? Porque a lei permite que ela se afaste três vezes por dia para amamentar. Então, ou adapta, procede o desmame precoce, com graves conseqüências psicológicas para ela e para a criança, ou então se submete a alteração de função, de posto.

Este mundo que estamos vivendo é muito impressionante porque estamos vivenciando tudo isto no mercado de trabalho. Eu trabalho no Hospital São Paulo, e também já fiz várias pesquisas, mas na verdade nem precisa fazer pesquisas. Basta olhar, escutar, ouvir e ver os turnos e ver o que é o trabalho da enfermeira, do médico, da psicóloga, da área da saúde e ver os reflexos disso.

Então, essa hipermodernidade provoca efeitos de hiper-solicitação muito grandes nos homens e nas mulheres e com efeitos extremamente perversos na vida psíquica, física, emocional, sexual e reprodutiva. Entendo que essas questões são fundamentais para discutirmos os efeitos na vida cotidiana e na auto-estima de cada um de nós desse mundo tão precarizado, além de tão desregulamentado e tão desestatizado nas nossas vidas cotidianas. ●

anais 24.08.05 17:30 Page 19



04. A Formação do Trabalhador

Lucília Machado Regina de Souza - Mestre e Doutora em Educação. Pós-doutora em sociologia do Trabalho e Coordenadora da Pós-graduação em Gestão de Projetos Educacionais da UNA

O campo da educação profissional é muito vasto. Ele envolve instituições as mais diversas, governos, empresariado e trabalhadores, setores públicos e privados, iniciativas não-governamentais, enfim, estratégias das mais diversas, formais e não formais; e envolve o próprio processo de trabalho no momento em que se dá a prática material e social da produção de conhecimentos, de valores, de representações e de comportamentos que são extremamente importantes e que formam o trabalhador. Envolve, ainda, momentos de sistematização, de organização desses saberes que nascem das práticas sociais, então, é um campo bastante vasto, complexo e perpassado por interesses muito contraditórios.

Não é à toa que nesse campo convivam racionalidades muito distintas e nós, trabalhadores, somos às vezes traídos com relação à racionalidade que nós julgamos ser a mais adequada, no julgamento que fazemos em relação ao que consideramos mais procedente adotar em nossas políticas, em nossos programas, projetos e práticas de formação do trabalhador.

Digo isso porque podemos, a grosso modo, identificar pelo menos quatro perspectivas em termos de racionalidade. Uma racionalidade empresarial, que coloca ênfase nos requisitos de competência que são modelados ou formatados pela lógica da competitividade, da produtividade, puxada inclusive pelo setor de ponta, o setor mais avançado do ponto de vista tecnológico; uma outra lógica que também é bastante individualista do trabalhador, que é a lógica que ele busca e muitas vezes a gente reforça isso, mais é uma perspectiva bastante própria de cada indivíduo e, portanto, não é algo que esteja alicerçado num projeto coletivo de classe, que é uma lógica de instrumentalização da educação profissional para fins de sucesso individual, inserção e progressão no mercado de trabalho, enfim, defesa contra o desemprego, que é legítima, mas ela é bastante limitada do ponto de vista de se circunscrever a um projeto meramente individual.

Há um outro tipo de pensamento que é pensar a educação profissional dentro de uma visão bastante reprodutora das funções sociais que existem na sociedade, quer dizer, garantir que determinadas funções que estão sendo exercidas para que haja uma perspectiva de integração social, que tem lá a sua importância, mas ela é muito limitada do ponto de vista de uma perspectiva mais avançada de educação profissional; e tem uma outra racionalidade ou lógica que é pensar a educação profissional dentro de um contexto de racionalidade social. Isso aí que eu acho que é o horizonte que deveria demarcar as nossas preocupações em termos de uma reflexão em torno de um projeto mais avançado nesse campo. Ela reúne o que se adquiriu em termos de um debate, uma discussão no campo do humanismo, procura superar o humanismo abstrato pela busca de uma realização de uma formação integral do trabalhador, com propostas enraizadas e concretas na problemática do trabalhador.

Gostaria, então, apenas de dizer isso: temos de nos perguntar, em primeiro momento, qual a lógica ou qual a racionalidade que estamos utilizando para pensar a educação profissional. Outro movimento, o segundo aspecto que gostaria de chamar a atenção, diz respeito aos modelos educativos que temos para pensar a educação profissional. Acho que existem quatro modelos, pelo menos, que temos presente na educação profissional, e que nos oferece muito pouco em termos de alternativa para pensar uma educação profissional mais avançada. Um modelo liberal burguês ou liberal democrático-burguês que tem uma perspectiva de promoção de cidadania sem uma visão crítica deste conceito de cidadania e que visa, através da formação do trabalhador engajá-lo numa perspectiva de um projeto de classe burguesa, que é da homogeneização política e cultural sem levar em conta questões fundamentais da sociedade capitalista relacionadas à reprodução da divisão do trabalho, da manutenção das diferenças que existem de classe e da estrutura social; e uma perspectiva de amortecimento dos conflitos existenciais que são subjacentes às práticas educativas. Então, sob a égide da universalização do acesso à educação esta perspectiva pouco oferece em termos de um projeto de emancipação dos trabalhadores.

Uma outra visão que também não nos oferece em termos de modelo de educação grandes possibilidades de avançar num projeto nosso é essa visão economicista de pensar a educação em termos de crescimento da produtividade, de retornos individuais ou de relação custo/benefício. Da mesma forma, o modelo de educação compensatória que, inclusive, esteve e está presente em muitas propostas de educação popular, mas que tem uma visão muito curta da questão da educação do trabalhador, porque ela se atém, nessa visão compensatória, a corrigir defasagens educacionais, a recuperar distorções sociais através da educação e tentar estabelecer uma forma de

integração de pessoas ou de setores da sociedade que se encontram marginalizados ou desagregados ou não integrados plenamente à estrutura econômica, cultural, política, mas que não oferece uma perspectiva de superação desses mesmos problemas.

Da mesma maneira, há os modelos tecnicistas que não trazem para a educação uma discussão sobre as questões substantivas do ponto de vista de valores, de identidade de classe ou do que eu faço com a tecnologia, para que eu utilizo, o que ela me serve. Bom, isso posto, temos grandes desafios porque o campo da educação profissional convive com todas essas idéias. Nós temos que demarcar mais claramente a nossa concepção, o que entendemos como sendo prioritário. Começando então a colocar numa perspectiva mais afirmativa do que seria esta visão de educação profissional, que apontaria para uma perspectiva de superação desses modelos ou dessas lógicas, acho que a gente tem que voltar a tentar dar respostas aos antigos desafios da formação do trabalhador.

Primeiro grande desafio: integrar a formação do trabalhador ao projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora. Este eu acho que é fundamental, o primeiro deles, do qual deriva todo o resto, que é o desafio de construir de forma participativa propostas educacionais mobilizadoras. Segundo: integrar as dicotomias que a gente sempre diz sobre elas: teoria e prática, trabalho intelectual e manual, trabalho e educação, política e educação, o particular e o geral, o local e o nacional. Outro grande desafio: saber escolher estratégias ou mediações pedagógicas e administrativas que sejam coerentes com os fins que queremos atingir: assegurar aos educadores e aos educandos a sua condição de sujeito, dialogar com as diversidades culturais do contexto de etnias, de gênero, de geração, regionais, locais, culturais; apoiar as manifestações e contribuir para irradiar a cultura do trabalho na vida social; garantir uma perspectiva de continuidade da educação do trabalhador; educar para as relações democráticas e instituir relações democráticas no processo educacional; expandir o conceito de sala de aula para outros ambientes e outras estratégias educativas; e sempre ter o cuidado de avaliar o processo educativo de forma sistemática, reflexiva e participativa.

Nesse sentido, tenho algumas perguntas também para nós. Em que cultura específica de trabalhadores está inserida a prática educativa que estamos desenvolvendo? Em que processo organizativo se integra a proposta pedagógica que queremos desenvolver? Quais são os interesses, necessidades, desejos dos trabalhadores em relação à sua formação? Com que intencionalidade ética se inscreve a atuação de nós, educadores? Que opções metodológicas se mostram coerentes com os nossos objetivos educativos? De que forma os educandos participam do direcionamento pedagógico? Como superar o impirismo das nossas práticas e gerar processos de sistematização, de teorização que assegure o avanço pedagógico?

Acho que são perguntas muito importantes para um seminário como esse. Bom, os objetivos nossos, da educação profissional e da educação básica dos trabalhadores, sempre são muito mencionados, mas eu gostaria aqui de chamar a atenção para alguns que eu acho que são absolutamente valiosos.

Outro elemento que gostaria de mencionar é que a negociação precisa compreender que o êxito das práticas de formação depende das possibilidades de articulação dos projetos estratégicos das partes envolvidas. Esse projeto de negociação não está presente só na formação do trabalhador, qualquer projeto pedagógico existe a dimensão negociadora: a negociação entre professor e aluno, entre os alunos entre si, etc. E por fim há a sensibilidade, que é garantir que o aprendizado seja um processo permanente, acessível aos trabalhadores, um processo de desenvolvimento ao longo da vida e com produção, adaptação e inovação pedagógica. •

Antônia Vitória Soares Aranha - Mestre e Doutora em educação, professora e vice-diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Vou abordar sobre um lugar de quem se preocupa com o processo educacional dos trabalhadores, a educação desse adulto trabalhador e do lugar de quem inclusive implementou uma experiência concreta na Faculdade de Educação, através do Profae, um grande programa de formação profissional do Ministério da Saúde, considerado talvez um dos maiores da América Latina. Dados mais recentes indicam que até o final do ano passado estavam em formação mais de 200 mil trabalhadores. Na Faculdade de Educação, trabalhamos com uma pequena parcela desses trabalhadores – foram 800 no Estado inteiro. Eles buscaram a complementação do ensino fundamental para prosseguir na educação profissional, e conseguir a certificação de auxiliar de enfermagem.

Essa experiência nos ensinou muito, foi uma experiência extremamente inquietante e acho que nos levou a refletir sobre uma série de questões e de conceitos que há mais tempo trabalhávamos, mas que não tinha tido concretamente uma oportunidade de colocar em prática. Vou falar de dentro de uma escola, a escola entendida como a experiência de escolarização mesmo para esse trabalhador. Como é que enxergamos esse adulto trabalhador, quem é esse sujeito?

Quando digo isso, refiro-me a todas as experiências educativas, sejam elas no campo da educação profissional, no campo da educação geral, mesmo porque todos sabemos disso, batalhamos sempre para que não houvesse a cisão entre a educação profissional e a educação geral. Partimos sempre do pressuposto que o acesso à educação geral é um direito do trabalhador.

Então, quem é esse adulto que volta à escola? Eu começaria com essa questão. E aí eu queria pegar um trecho de uma música do Chico Buarque. Diz assim: "Ainda garoto deixei de ir à escola, cassaram meu boletim. Não sou ladrão, eu não sou bom de bola, não posso ouvir clarim. Um bom futuro é o que jamais me esperou, mas vou até o fim". E, muitas vezes, é com esse adulto, com esse espírito, é que a gente se depara.

Quando referimo-nos ao adulto trabalhador, que volta de alguma experiência de escolarização, estamos falando de adultos que tiveram uma trajetória. Aliás, não estamos falando de adultos que tiveram trajetória normal de escolaridade ou que fazem cursos de atualização, de capacitação profissional ou mesmo alguma graduação ou pós-graduação. Estamos falando de pessoas que interromperam sua trajetória escolar e que de alguma forma voltam a estudar, seja para conseguir concluir a educação básica seja para prosseguir ou inserir-se em algum curso de profissionalização.

São pessoas que muitas vezes vieram do interior, com seus pais, alguns são ex-trabalhadores rurais, na tentativa de encontrar uma vida melhor na cidade. A imensa maioria tem empregos de baixíssima remuneração, sobrevive com subempregos ou está no chamado mercado informal. São pessoas de dedos calosos, de história de vida difícil, excluídas não só do direito à educação básica e ao trabalho mais reconhecido e melhor remunerado, mas excluídas também de diversos outros direitos, como o de ter uma habitação decente, saúde, alimentação digna, lazer e por aí adiante. É gente humilde, como diz o Chico Buarque de Holanda.

Por que saíram e por que voltam a estudar? Acho que também é importante que a gente tenha claro essa questão. Inúmeros estudos apontam que a grande maioria dessas pessoas deixou a escola exatamente em função do trabalho. Na pesquisa que fizemos entre as auxiliares de enfermagem, só para se ter uma idéia, quando perguntadas por que motivo abandonaram os estudos, 55% apontavam o trabalho. Então, volto a dizer, o trabalho foi um móvel contraditório porque ao mesmo tempo é o móvel que os levou a abandonar a escola e diga-se de passagem que vários começaram a trabalhar muito precocemente, mas é também o trabalho, na maioria das vezes, o móvel que os leve a voltar a estudar.

Na mesma pesquisa, perguntamos por que as pessoas estavam estudando: 61% disseram exigência do atual emprego e outros, 27% disseram busca de um emprego. Portanto, podemos dizer que 87% voltaram em função do trabalho, seja para melhorar, para manter, seja para conseguir o trabalho. Bem, e é nessa esperança de conseguir um emprego, de busca de novos saberes, que eles ingressam nessas experiências escolares.

Insisto afirmar que a vida dessas pessoas é uma vida dura. O desemprego tem batido recordes, as novas tecnologias que poderiam aliviar o esforço de muita gente têm sido transtorno de vários... O Brasil, embora seja um país rico, tem muitos contrastes, a renda é concentrada, quem sofre em primeiro lugar com qualquer crise econômica são sempre os mais pobres e para quem é negro, mulher e/ou muito jovem ou tem mais de 40 anos a situação ainda é mais drástica. A tendência é ter salários menores e mais dificuldades de encontrar emprego com carteira assinada. Portanto, se para quem tem estudo a situação já está difícil, pior ainda para quem tem pouca ou nenhuma escolarização.

Entendo que também há outros motivos que esses adultos trabalhadores apontam na sua volta à escola: estudam para ler a Bíblia, para deslocar-se de maneira mais independente dentro da cidade, para não precisar perguntar que ônibus é esse que está passando, onde é que é o ponto de tal coletivo. Estudam porque os filhos estudam e estudam porque precisam dar o exemplo até para ajudar no "Para Casa", como alguns diziam. Estudam para não passar vergonha na hora de votar, para poder falar de todos os assuntos que os interessam, enfim, estudam para ser cidadãos e sujeitos de sua própria história.

Bem, mas se é esse o adulto que volta aos bancos escolares, às carteiras, aos espaços de escolarização, infelizmente a escola que os recebe não é uma escola que acompanhou essa trajetória. Muitas vezes é a mesma escola que os excluiu é que os vai receber. No entanto, muitos educadores e diversas experiências de escolarização têm apontado para novas realidades e para outros referenciais pedagógicos para a educação do adulto trabalhador. Vamos ver alguns deles: com relação à questão do trabalho, é reconhecer que esse adulto é sujeito do conhecimento. Ao contrário de infantilizar esse adulto que volta à escola, é necessário reconhecer que ele detém um conhecimento sobre diversos assuntos e questões. Conhecimento esse que ele adquire nos mais variados espaços, seja no trabalho, na roda de amigos, na igreja e adquire também nos diversos meios de comunicação, como o rádio e a televisão, por exemplo.

Agora, reconhecer que esse adulto detém o saber provoca inúmeras conseqüências no trabalho pedagógico. E a primeira interrogação seria: como no processo escolar introduzir esse conhecimento do aluno? Como relacionar esse conhecimento com o conhecimento escolar com aqueles conteúdos que a escola trabalha? Esse conhecimento tem validade ou atrapalha na aquisição do conhecimento científico socialmente valorizado?

Bem, podem parecer questões simples, mas de enorme profundidade e podem definir a relação desse adulto com a escola ou com o processo de escolarização que ele voltou a buscar. Pode definir o fracasso ou o sucesso desse adulto. Sabemos, por exemplo, que o trabalho forma, mas também deforma. Nas condições do capitalismo, nós sabemos que o trabalho em si é uma processualidade contraditória. Se o trabalho é o espaço de socialização, de construção e aquisição de conhecimento, é também o espaço onde, muitas vezes, o trabalhador é humilhado, desrespeitado, oprimido e explorado.

Assim, esse conhecimento advindo da vida, em especial do trabalho, certamente terá aspectos formadores e deformadores. Quando nós fomos enfrentar essa questão do trabalho como um princípio educativo, nós tínhamos clara essa questão – o trabalho forma, mas também deforma. Os trabalhadores têm um conhecimento advindo do trabalho, mas é preciso problematizar esse conhecimento como qualquer outro. E aí não nos pareceu que com esse público o ideal fosse discursos sobre a validade do trabalho, mas concretamente levá-los a situações onde eles se reconhecessem como sujeitos do conhecimento ou reconhecessem momentos no processo de trabalho, onde sofrerão a deformação.

Então, só para ter um exemplo, uma atividade que nós fizemos que parecia uma coisa banal, chamava-se o seguinte: "Conhecendo onde trabalhamos". Isso foi uma experiência realizada em Montes Claros. As pessoas programavam, junto com os professores, e as turmas visitavam os locais de trabalho. Aquele trabalhador, daquele local,

recebia a turma e explicava tim-tim por tim-tim o que era feito e o que ele fazia. Bem, isso é um incentivo ao seu autoconhecimento? É um incentivo na medida que ele detém o saber sobre seu próprio processo de trabalho.

Bem, uma outra questão que nos chamou a atenção, quer dizer, se o trabalho educa, também deseduca. E um dos aspectos que nos demonstrou o quanto o trabalho deseduca, foi logo no início do curso, quando nós nos propusemos a desenvolver com elas atividades fundamentalmente em equipes e elas não sabiam o que era trabalhar em equipes. As professoras diziam "Vamos formar os grupos para executar tais atividades?" Elas não sabiam e isso nos encucou muito. Pessoas da área nos explicaram que elas são simplesmente treinadas a obedecer, a opinião delas nunca conta. Então, dentro desse aspecto, se a opinião nunca conta, elas não tinham a oportunidade de vivenciar outras experiências no trabalho nas quais elas se sentissem sujeitos da atividade no próprio trabalho.

Então, é com esse norte que o trabalho educa, mas também deforma é que nós nos colocamos na seguinte situação: se todo conhecimento deve ser problematizado, do que se trata, então? Assim como é salutar idealizar o chamado conhecimento científico, também não é salutar idealizar o conhecimento advindo do trabalho, mas sim promover o que nós chamávamos do diálogo entre os conhecimentos.

Para falar de educação de adultos é preciso reconhecer inúmeras culturas, entre elas advindas do trabalho, e é preciso reconhecer a organização de outros tempos e espaços escolares. Para isso eu diria o seguinte: a escola regular é muito questionada pelo modelo tradicional, transmissível de aprendizagem. Mas quando vamos nos dedicar a uma experiência de escolarização? Que tipo de postura tomamos? Há inúmeros educadores com o discurso às vezes progressista, mas na relação de fato educativa se colocam numa postura extremamente autoritária. E por que isso? Eu diria que essa não é uma questão posta por mim exatamente, mas pelo professor Miguel Arroio, que dizia assim: o que é educação? Educação é uma encucação, em que eu encuco as minhas idéias na cabeça do outro ou é uma relação social ou é uma relação de sujeitos? Se é uma relação social, eu preciso partir do pressuposto que é nessa relação que ambos aprendem, não só os alunos, mas também os professores.

Então, o que eu queria dizer, que na busca de um outro tipo de educação é preciso nos interrogar, qual é a nossa concepção de educação, é preciso encontrar outra organização dos tempos e espaços escolares, e eu já disse do trabalho, mas é preciso encontrar outros, quem disse que a gente tem que aprender só em sala de aula? Quem disse que nós temos que aprender só com professor? Então, eu acho que é importante que a gente amplie o nosso olhar para além do já estabelecido.

Para finalizar, eu diria que é necessário, do ponto de vista da educação do trabalhador, um contínuo processo de formação do próprio educador, já que é na troca de experiência que essa conquista, esse processo se faz. E vou encerrar com uma poesia da Lúcia Helena, atualmente também professora da Faculdade de Educação, quando ela fala da educação do adulto trabalhador: "Faz-se também transformação para quem é professor. Quem ensina e aprende com o aluno trabalhador. A escola, desta forma, é espaço cultural, criando uma relação com o meio social". ●

Daisy Cunha - Doutora em Filosofia pela Université de Provence (França) e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

A CUT – Central Única dos Trabalhadores – está e esteve antenada com as questões mais relevantes da educação brasileira nestes últimos 20 anos. É sintomático, por exemplo, que no Brasil a CUT tenha sido levada a não somente lutar por educação pública de qualidade, mas que, para além disso, seja implicada nas questões de educação escolar, seja propondo formas concretas de melhoria e/ou desenvolvendo através de sua ação direta programas específicos e alternativos de educação de trabalhadores. E o mais interessante para mim enquanto pesquisadora no campo educacional: as questões que permeiam nosso "trabalho político-pedagógico" interessam à teoria pedagógica brasileira.

Quanto a este aspecto eu gostaria de destacar três aspectos: Primeiramente que a CUT tem uma proposta de lugar, de forma e de conteúdo para a educação dos trabalhadores. O lugar dessa proposta educacional é colada à agenda das lutas por direitos sociais. A luta pelo direito à educação se articula à luta mais geral pela ampliação dos direitos de cidadania. A formação ofertada no interior da Central está enraizada no debate das políticas públicas em geral, nos debates em torno do desenvolvimento sustentável e solidário – da economia solidária; nas ações em torno da negociação coletiva e da reestruturação produtiva, na participação ativa nas políticas de geração de trabalho e renda; nas atividades em torno da estruturação de um necessário Sistema Público de Emprego, nas ações das organizações por local de trabalho, etc.

Sendo que, nossas atenções de ação e formação sindical voltam-se agora para o desafio de reforçar os trabalhadores para responderem ao novo marco institucional que aponta novos horizontes para a organização sindical e as relações de trabalho. É correto colocar o debate sobre os fins da educação nesse horizonte político-institucional. Nesse lugar a educação não é mercadoria nem perde seu sentido social emancipador. Educar na CUT é, sem dúvida, um ato político com vista à transformação, tal como aconselhava Paulo Freire.

Importante também observar que essa compreensão do lugar, forma e conteúdo da educação fornece pistas para a construção de uma crítica consistente às políticas educacionais em voga e às reformas institucionais propostas que dizem respeito à relação educação-emprego. O valor social dessa formação que desenvolvemos no interior da Central é inestimável.

O segundo aspecto é que a CUT tem acumulado avanços conceituais e metodológicos, construídos na sua prática de formação que interessam em muito à educação escolar de jovens e adultos. Entre as várias experiências, cito

apenas duas pelo fato de serem, a meu ver, também as mais intrigantes e, por isso mesmo, as mais polêmicas no interior da CUT. Certamente as polêmicas permaneceram quanto aos aspectos institucionais do papel da Central na oferta desses cursos com vistas à formação integral. Eu conheço o debate porque muitas teses e dissertações se fizeram a partir dessa interrogação. Esse debate é muito pertinente e ele deve ser feito por várias razões. Uma dessas razões é buscar definir o papel da formação sindical na estratégia sindical cutista e que, em sentido mais geral, é uma interrogação sobre qual deve ser o conteúdo da ação sindical. Portanto, debate político da maior envergadura para os rumos da central.

Mais, para o que me interessa, enquanto pesquisadora do campo Trabalho e Educação é que os exemplos do Programa de Educação de Trabalhadores/PET e do Projeto Integrar trazem, com suas diferenças, referências diversificadas de formação do trabalhador. Para minha intervenção hoje quis, para além do pertinente debate político interno à Central sobre a formação ofertada, destacar algumas contribuições possíveis para a teoria educacional brasileira. E é fazendo isso que quero chamar a atenção de vocês para alguns desafios postos à formação sindical.

Uma primeira contribuição poderia ser o avanço conceitual das propostas da formação desenvolvidas pela CUT. Muitas destas propostas, entre elas as duas que escolhi para exemplo, incorporam a categoria trabalho como objeto no ato mesmo de sua concepção. Mas o que seria incorporar o trabalho como objeto? O trabalho é objeto que pode ser encontrado nas formulações e atividades pedagógicas, seja porque ele é visto como um tema gerador, como no caso do Integrar, seja porque ele é visto como um aspecto importante na formação do trabalhador e de sua identidade, marcando profundamente a vida desses "sujeitos" alunos de nossos cursos regulares noturnos como no caso do PET.

Uma segunda contribuição relacionada a esta primeira é que tais propostas de educação do trabalhador surgem num contexto onde as políticas nacionais de educação apontavam para a separação entre formação profissional e formação geral. A CUT, através de seus cursos de formação resistia, questionando a política oficial e propondo uma educação integral, voltada para a formação integral dos trabalhadores. A formação cutista resistiu realizando, na prática, uma articulação entre formação profissional, geral e político-sindical.

Um aspecto que acho importante ressaltar é que de uma forma ainda incipiente o trabalho figurou na nossa ação educativa como "matéria estrangeira". Isto quer dizer que reconhecendo os "sujeitos" trabalhadores e conhecendo suas dificuldades, anseios e desejos, reestruturamos não somente os conteúdos da formação, mas também os formatos dos cursos, seus objetivos, sua organização de tempos e espaços, etc. Tanto no exemplo do Integrar quanto no exemplo do PET, pensar uma escola para os trabalhadores significou repensar em profundidade a organização do trabalho de formação repensando a lógica excludente da educação escolar.

Para tanto, nós fomos obrigados a avançar do ponto de vista metodológico. Quanto aos avanços metodológicos, eles são muitos. E tais avanços colocam na ordem do dia o tema da formação integral e a necessidade imperativa de pensar seriamente no que Paulo Freire denominava "conhecimento prévio". Organizar um curso na formação da CUT começa com o conhecimento do público, coisa difícil de fazer entender nossos educadores de jovens e adultos da escolas regulares. É a partir do público e é para ele que nós pensamos os cursos.

No caso da experiência de formação da CUT nós poderíamos dizer que "a educação aprende com o homem o trabalho da vida" é a razão de sua existência e o que explica o seu crescimento, dinamicidade e consolidação ao longo da existência da central. Talvez seja o que explica também em parte sua tensão e crise permanente.

Um outro avanço do ponto de vista metodológico é que passamos a registrar e sistematizar nossas experiências de modo a aprofundar a compreensão de nossa prática, via importante de consolidação da mesma.

O terceiro aspecto, seguindo nessa linha dos avanços conceituais e metodológicos, gostaria de problematizar uma idéia presente em todos os cursos e documentos cutistas que tenho lido: a idéia do trabalho como princípio educativo. E a partir dessa idéia encontrada no bojo das ações educativas da Central, idéia que está presente no imaginário pedagógico brasileiro e que consta no artigo primeiro da NLDBEN, que comecei meu trabalho de tese de doutoramento.

Mas o que é afinal o trabalho como princípio educativo? É aceitar o trabalho como tema gerador de atividades de estudo? E repensar a organização dos tempos e espaços em função das necessidades desses "sujeitos" - repensar a organização do trabalho escolar? É repensar metodologias de modo a integrar mais e mais a participação dos trabalhadores? É pautar questões ligadas à sua emancipação como temas de estudo, debate e aprofundamento? Isto é já uma contribuição inestimável da Central no campo das propostas pedagógicas. Contribuição que dificilmente será incorporada no bojo de propostas educacionais mesmo do chamado "campo democrático-popular".

Seria interessante observarmos que a CUT e sua formação continua falando de trabalho educativo num momento em que vivemos uma crise do trabalho e das teorias que historicamente emanciparam o trabalho à categoria de estudo. Ainda que partamos de uma concepção na qual os alunos-trabalhadores trazem para o processo de ensino-aprendizagem saberes acumulados, na escola, na família e no trabalho, penso que nós não fomos na radicalidade dessa idéia. Minha afirmação se baseia na minha experiência com o projeto de Formação Integral e nos documentos da PNF aos quais tive acesso, reconheço que talvez minha experiência tenha sido ultrapassada pelos cursos desenvolvidos e/ou em curso nos últimos anos.

Mas o fato é que em várias passagens dos documentos encontramos afirmações do tipo: "nossa abordagem metodológica se efetiva por meio da centralidade do trabalho como aspecto fundante do ser social, ou seja, o trabalho é tomado como mediação nos processos de transformação da natureza pelo homem, segundo suas necessidades de existência [...] portanto o trabalho é princípio educativo".

Segue-se a argumentação na página seguinte: "O trabalho é uma atividade fundamental para a construção de todas as formas de sociabilidade, é a categoria que permite uma compreensão de todo o procedimento humano. Será na concretização dos atos para obtenção dos bens necessários à vida, dentro do processo de produção e reprodução da existência humana, que os homens e as mulheres poderão se reconhecer como seres sociais, capazes de acumular e socializar conhecimentos." Entretanto, segue o documento, "no processo de complexificação das relações sociais no modo de produção capitalista, o trabalho é enfatizado na sua relação mercadológica, em que a força de trabalho é despendida para reprodução e acumulação do capital. A dimensão emancipatória do trabalho é, então, subordinada ao capital, deslocando-se o seu sentido humanizador". O que aqui parece coerentemente formulado – trabalho humanizador que sob o capitalismo é desumanizador – é que me desperta interrogações.

Mas as afirmações em torno do trabalho formador continuam, há um resgate do trabalho como princípio educativo quando se assume que o " conhecimento do homem se expressa, e as relações sociais, advindas desse trabalho, vão compondo seu repertório de vida. Repertório este que deve ser o ponto de partida para as mediações das ações pedagógicas e para a ampliação e aprofundamento dos saberes e domínios dos trabalhadores e trabalhadoras". É então que Marx é lembrado para reafirmar que o trabalho que reafirmamos como humanizador, hominizador e individualizador é o trabalho como "valor de uso". "O trabalho, portanto, enquanto valores de uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens". Por aqui resolvemos o dilema pela via gramsciana dos Cadernos do Cárcere, onde no texto "Americanismo e Fordismo" Gramsci fala da formação de um novo homem no período inicial dos anos dourados do capitalismo. O trabalho, formador de homens, se recupera olhando as grandes temporalidades dos blocos históricos. Mas em algumas passagens há mesmo a afirmação de que o fato e o conceito de trabalho são educativos.

Desafio conceitual a ser enfrentado pois aqui fica claro que nós lidamos com a categoria trabalho na sua acepção mais geral.

O trabalho, que é "valor de troca", seria perverso e o trabalho, que é "valor de uso", seria formador, humanizador. Mas como, para além dos efeitos de um cenário de mudanças macroeconômicas e políticas nefastas, afirmar a importância do trabalho como atividade que humaniza, eis a questão que nós, eu e o Fazzi, nos colocamos para encontrar o formato do Cursos de Formação de Formadores em formação Profissional ofertado pela Escola 7 de Outubro, em 1988. Naquele momento foi uma difícil tarefa e hoje não sei se chegamos ao formato apropriado.

Uma questão teórica importante, que permeia nossa prática político-pedagógica e que necessita aprofundamentos: o trabalho como princípio educativo. Mas como resolver esta aporia, o trabalho é formador, mas sobre o capital ele é deformador. Mas como então fazer do trabalho um elemento que interessa à educação? Um elemento que apresenta alguma relevância na formação dos trabalhadores que encontramos nos nossos cursos?

Hoje eu sei que seria preciso "re-conhecer" o trabalho para atribuí-lo um valor formativo mesmo sob o capitalismo. Seria necessário se re-interrogar sobre a "experiência do trabalho", não para afirmar sua centralidade enquanto princípio educativo, mas para re-conhecer como os trabalhadores vivem e encontram saídas para os desafios que as mudanças macro-estruturais lhes colocam no seu cotidiano de vida e trabalho. Somente nesse sentido o trabalho pode ser re-conhecido como educativo, como uma experiência que fazem os trabalhadores no seu dia-a-dia. Seria necessário re-conhecer que o trabalho atual tem sempre duas faces: "valor de uso" e "valor de troca" que se expressa no ato mesmo do trabalho. Seria necessário re-conhecer que múltiplos valores perpassam a atividade de trabalho, perpassam o exercício de trabalho, de não importa qual trabalho. E são tais valores que informam as escolhas quotidianas dos trabalhadores.

Seria necessário encarar o trabalho do ponto de vista de um vivido, de uma experiência que fazem os trabalhadores na sua vida. Experiência que eles não vivem passivamente, mas que atuam como "sujeitos", "sujeitos" de sua própria experiência de trabalho e vida. E isto, lá nos espaços mais taylorisados, que aos nossos olhos transparecem mais "des-humanizados". E o fazem, fazendo uma experiência de si mesmo no trabalho e na vida. Os trabalhadores fazem uma experiência do "uso de si" num espaço de trabalho altamente heterodeterminado. É somente nesse sentido, do ponto de vista do vivido de um "trabalho concreto" é que podemos entender como nossas organizações de trabalho funcionam realmente e como os trabalhadores mobilizam seus saberes e valores cotidianamente para reconstituí-las a partir de normas de trabalho que ignoram sua contribuição e que muitas vezes são definidas do outro lado do planeta. É essa vivência que é educativa. Se não encaramos desse ponto de vista, resta-nos impossível afirmar o trabalho atual como educativo.

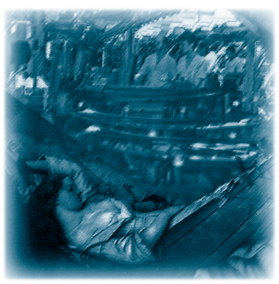
Seria preciso, portanto, estranhar nossa visão do trabalho, seria preciso tê-lo como matéria estrangeira de nossa própria concepção de trabalho. Nossa concepção se revela sempre permeada de dubiedades, pois às vezes ela afirma sua centralidade na formação humana, às vezes ela afirma o educativo em lugares onde o trabalho não figura: "a formação humana, num processo permanente de educação por meio do qual os indivíduos tomam consciência de si e das relações sociais das quais são sujeitos". Mais, até que ponto nossa concepção de trabalho nos permite afirmar que os trabalhadores são sujeitos de sua própria experiência e formação?

Devemos redescobrir a experiência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, nesse exercício de suas funções, eis um bom lugar para descobrir os trabalhadores, seus valores e seus saberes. Não porque os trabalhadores possam ser deduzidos inteiramente de sua função profissional ou do seu ofício, mas porque o exercício do trabalho revela sempre os sujeitos sócio-culturais que estes são: o que sabem, o que pensam, o que fazem, o que sentem e como vivem a experiência de trabalhar num tempo onde não são somente os gestores neoliberais ou

anais 24.08.05 17:30 Page 25

as novas tecnologias podem tirar o emprego, às vezes, quem pode fazer isso é meu colega de seção. Re-conhecer o trabalho então, não para ver somente um algo positivo, mas para ver, por exemplo, como os trabalhadores estão gerindo, driblando ou encaminhando valores neoliberais nas relações com o outro. Eis aqui uma temática muito séria que constrói ou destrói as possibilidades da ação sindical e política em tempos de reformas da previdência, sindical, trabalhista, nos direitos sociais em geral. Qualquer solidariedade e identidade de classe tem seu amálgama no posto de trabalho. Ou não foi por aí que começou a história da CUT?

Esse re-conhecimento é a meu ver o grande desafio da formação e da ação sindical na conjuntura atual, se nós quisermos interferir nos debates que estão em curso: re-conhecer o trabalho pode potencializar a ação sindical. ●



05. Memória do Trabalho, História da Formação e Produção dos Processos de Formação

Michel Le Ven - Cientista Político, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais, é sócio-fundador da Escola Sindical 7 de Outubro

Queria colocar algumas preocupações e desejos que tenho hoje. O primeiro seria ter uma análise extremamente crítica do conceito de hipermodernidade. Se, na cidade, hipermodernidade é Alphaville, o eixo sul de Belo Horizonte, onde fica a hipomodernidade? Porque não tem algo que possa prosperar sem retirar alguma coisa do outro. Atualmente moro em Ribeirão das Neves. De um ano para cá eu senti que precisava virar habitante de Neves, para entender a dita hipermodernidade pelo seu contrário, pelo seu reverso.

Talvez fique mais clara a ilusão. O conceito de hipermodernidade vem para iludir e desiludir, com certeza, mas ao mesmo tempo quem sabe ele não provoca para construir algum sentimento frente ao que é muito antigo? O capitalismo financeiro é antigo, a exploração do trabalho também, as formas dizem que o capital não gosta muito de dinheiro, mas é louco pelo tempo. Hoje temos dinheiro pelo tempo. Antes, eram 1,5 mil trabalhadores. Hoje são 500. Alguma coisa aconteceu que roubou o tempo de algumas pessoas e descartou outras.

A hipermodernidade, no campo do trabalho, vocês falaram que estão procurando o invisível, nós atacamos muito o visível. Hoje o discurso seria mais do invisível que acontece no campo do trabalho. Mas é o invisível diferente. Nunca é muito bom. Ver é apropriar-se. Eu já vim trabalhar com isso na história oral. É preciso colocar todos os sentidos em movimento, ver, tocar, ser afetado, ouvir, gostar ou desgostar e comunicar-se. Então, o que está acontecendo no mundo do trabalho está tocando todos os sentidos do corpo humano e principalmente está fazendo isso para praticamente tentar seqüestrar a subjetividade dos indivíduos, individualmente e coletivamente.

De repente, parece que não temos nada mais para inventar porque, com o discurso único da hipermodernidade, do neoliberalismo, da globalização, estamos condenados à inutilidade, uma vez que tem gente que pensa para nós - o mercado financeiro, que tem todo o poder do mundo - e as próprias regras definidas no século passado, por exemplo, sobre a guerra, também não são válidas. A ONU não tem sentido, não tem força, então há um processo de desvalorização das instituições criadas pelo homem e principalmente pela classe operária porque quem morre nas guerras é a classe operária - os ricos não morrem na guerra. Com isso, aparentemente, não teríamos mais nada a fazer.

Vou insistir sobre o invisível. Acabei contando recentemente a minha própria história de vida no programa da Prefeitura de Belo Horizonte, que quer contar o que fizemos, o que somos, nesses últimos 30 anos em relação à cidade. Fica evidente que é preciso recuperar a fala, a palavra. No tempo da ditadura – isso experimentamos -, eu posso falar que fiquei calado ou fui silenciado durante 30 anos –, de 1968 a 1998, quem me conheceu nunca me ouviu falar em prisão, do sofrimento da minha família na França, dos meus colegas que não entendiam nada porque eles estavam presos.

Um belo dia veio o desejo de dizer as coisas. Aconteceu em 98, também no Centro Cultural da Prefeitura. Precisou o governo do PT abrir o espaço e, posteriormente, vieram os 40 anos do golpe. Em 2004 fiquei três meses falando à exaustão a ponto de me sentir meio enojado de abordar a ditadura porque seria melhor o contrário, falar de democracia. Mas, é preciso falar para que a memória faça o seu papel na sociedade. Nesse tempo, o invisível era também o indizível, era o não dito, não só por proibição, mas por reserva pessoal. Vocês sabem por quê? Isso eu descobri em 2003, contando minha própria história.

O silêncio da ditadura era um processo imposto. Recebi minha indenização recentemente porque eu entrei com processo de anistia. Me senti honrado quando vi o envelope: Presidência da República, e depois vieram as palavras

anais 24.08.05 17:30 Page 26

Abin – todo mundo sabe o que é -, sucessora do SNI, e o que tinha dentro do envelope – porque agora eles são obrigados a revelar isso – eram as anotações, inclusive, da Escola Sindical.

Fui perseguido de 67 a 88. Se não fosse a Constituição de 88, continuaríamos sendo perseguidos até os dias atuais. Com isso, quero dizer que é preciso pensar qual é a diferença entre esse processo de silenciamento e o que ocorre hoje no discurso da hipermodernidade, do que não convém dizer. É falta de educação moderna dizer que você sofre, que precisa trabalhar, que não tem dinheiro para ir à reunião porque o ônibus é muito caro. Então, há uma qualidade do silêncio nos dias atuais que é muito destrutiva do ponto de vista da própria subjetividade.

Eu não falava, ninguém falava, a não ser alguns, como Frei Betto e outros, mas cada um tem sua parte nesse latifúndio, cada um dá conta do que pode fazer, uns têm mais força do que outros. Mas é preciso, então, reconhecer que o discurso da hipermodernidade atinge os sujeitos, querendo aniquilá-los. Isso é mais profundo porque é mais perverso. Não é só mais sutil, é mais perverso e mais cruel porque retira das pessoas duas noções fundamentais, que estudamos na Filosofia, que são o tempo e o espaço. E o tempo e o espaço precisam de todos os sentidos para serem expressos – falar, ver, tocar, sentir, sofrer e, principalmente, saber com algum sabor.

O que viria a ser uma escola sindical, no caso em Minas Gerais, no Rio, Espírito Santo, neste momento que a contradição entre as classes se tornou evidente, mas em outros termos, inclusive, a resposta mais simples seria dizer: bom, precisamos de muitos pequenos e grandes Marx para escrever o que está acontecendo hoje. Mas, eu prefiro dizer: Marx somos nós, somos o que se faz na sociedade.

Fiquei impressionado lá em Neves, no centro que estamos criando: um jovem, que é músico, típico desses bairros ditos periféricos, faz teatro, estuda, anda de bicicleta, mexe com no mínimo quatro tipos de atividades. Vendo ele na rua, falaria, bom, é preto, pobre, então, não deve valer grande coisa. Mas ele nos falou na primeira reunião algo que me marcou e que estou trabalhando em cima agora: o que nos falta é espaço para dizer o que fazemos, para publicar o que somos, para expressar os nossos desejos, para mostrar que nós somos os criadores de arte.

Estou vivendo uma experiência, de um ano para cá, que é a volta à escola. Faz 40 anos que sou professor, formalmente, e desde os meus cinco anos sou um leitor de livros profissional. Já se vão quase 70 anos de leitura e hoje estou aprendendo que não podemos ficar no discurso único da hipermodernidade, nem na tecnologia, mercado ou na questão da dita formação. Por quê? Vou terminar falando um pouco também do tema Produção dos Processos de Formação. Seria um pouco nessa linha.

É preciso voltar a inverter os papéis. Em vez de querer ensinar, precisamos aprender. Isso é a primeira condição do saber. Aliás, eu reli esse documento que nunca foi muito explorado, que é Escola Sindical 7 de Outubro – Primeira Versão do Projeto de Formação Sindical - e não tem nada mais atual do que isso. A história da Escola Sindical começa com os anarquistas. Não começou em 78, no ABC Paulista. Desculpe-me os paulistas. Começou no Brasil inteiro. Começou em Belo Horizonte, na Praça 7, na Lagoinha, enfim, começou no interior. Depois há uma relação da formação do sindicalismo com a política. Ah! que saudade desse tempo!

Então, qual é o discurso da hipermodernidade para enfrentar esse tipo de discurso? O que têm a dizer os poderosos desse mundo frente a isso? Nada. Eles podem continuar falando, falar, falar, mas não têm escuta. Então, tudo é dialético, é contraditório, se tem alguém para falar tem de ter alguém para escutar. Por que eu não falei durante 30 anos? Porque ninguém merecia ou ninguém estava lá para me escutar.

Tudo é muito complexo. Eu queria terminar com essa palavra, complexo, mesmo no campo da formação, tem até gente que defende que ninguém forma ninguém porque tem a ver com a liberdade do sujeito, mas ao mesmo tempo é preciso caminhar, é preciso aprender. Eu prefiro falar de aprender, de tentar saber um pouquinho mais sobre a vida. Com isso, acredito que, como a Escola Sindical, mesmo a complexidade do mundo do trabalho, do mundo da política, da subjetividade, é extremamente necessária, mas evidentemente não vai ser a mesma que há 30 anos, bem que ela pecaria e se frustraria se esquecesse a tradição, o movimento operário, que existe, faz séculos. Não somos nós que vamos decretar a sua morte. Ao contrário, vamos tentar pôr os nossos pés, as nossas pegadas no mesmo caminho e ir crescendo com o que talvez a palavra mais bonita que eu acho, que é a história do movimento dos trabalhadores, que são eles que fazem a escola e a história. Pode ser que no século XXI seja o momento de contar essas histórias.

É preciso contá-las para nós mesmos, para nossos filhos, para os jovens que estão aí e simplesmente ser sujeitos da história com H maiúsculo, como a Escola já foi e espero com certeza que o seja até hoje e pode vir a ser mais com as outras escolas. Eu, inclusive, tenho em casa vários documentos referentes à Escola Sindical. Vamos criar enfim o Centro de Memória? É o que temos a transmitir de melhor para as futuras gerações. ●

Valorização
CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha de Valorização
CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha de Valorização
CUT
BRASIL

Foto Capa

ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO

CUT

Um mais um é sempre mais que dois...

Beto Guedes

CUT BRASIL

MG - RJ - ES

Apoiadores

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
MINAS GERAIS

ISCOS
CISL
EMILIA ROMAGNA

CISL

senge
MINAS GERAIS

META ITA

Mandato Popular do Deputado Estadual Durval Ângelo PT/MG

Mandato Coletivo do Deputado Estadual Carlos Gomes PT/MG